



---

**NOVOS CARIRIS  
VELHOS:**

Análise Temática e Diretrizes Urbanísticas para o Desenvolvimento Sustentável de Monteiro - PB



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Paraíba

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA  
CAMPUS MONTEIRO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO  
AMBIENTE**

**JOÃO BATISTA MENDES DA SILVA JÚNIOR**

**NOVOS CARIRIS VELHOS:  
Análise Temática e Diretrizes Urbanísticas para o Desenvolvimento  
Sustentável de Monteiro - PB**

**MONTEIRO  
2023**

**JOÃO BATISTA MENDES DA SILVA JÚNIOR**

**NOVOS CARIRIS VELHOS:  
Análise Temática e Diretrizes Urbanísticas para o Desenvolvimento  
Sustentável de Monteiro - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Instituto Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Orientador:** Prof. Dr. Wamberto Raimundo da Silva Júnior

**MONTEIRO  
2023**

# JOÃO BATISTA MENDES DA SILVA JÚNIOR

## NOVOS CARIRIS VELHOS: Análise Temática e Diretrizes Urbanísticas para o Desenvolvimento Sustentável de Monteiro - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Instituto Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em: 18/09/2023

### Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 WAMBERTO RAIMUNDO DA SILVA JUNIOR  
Data: 20/03/2024 07:14:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Wamberto Raimundo da Silva Júnior (Orientador)  
Instituto Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente  
 ERICSON DA NOBRIGA TORRES  
Data: 13/03/2024 12:06:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Ericson da Nobriga Torres (Avaliador Interno)  
Instituto Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente  
 ANDRE AGRA GOMES DE LIRA  
Data: 11/03/2024 09:11:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

André Agra Gomes de Lira (Avaliador Externo)  
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba / Cert. Smart Cities

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP  
Bibliotecária responsável Porcina Formiga dos Santos Salgado. CRB15/204  
IFPB, *campus* Monteiro.

S586n Silva Junior, João Batista Mendes da.

Novos cariris velhos: análise temática e diretrizes urbanísticas para o desenvolvimento sustentável de Monteiro-PB / João Batista Mendes da Silva Junior – Monteiro-PB. 2023.  
84fls.: il.

TCC (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB campus, Monteiro.

Orientador: Prof. Dr. Wamberto Raimundo da Silva Junior.

1. Urbanismo 2. Desenvolvimento sustentável 3. Meio ambiente – Monteiro - Paraíba - Brasil . I. Título.

CDU 911.375.5

**À Monteiro,**  
que me fez humano, simples e feliz.  
Lugar que me ensinou a ser o melhor arquiteto que eu poderia ser.

## AGRADECIMENTOS

Há sempre muito a agradecer, mas se faz tempo de agradecer por estar aqui, em Monteiro.

Embora o verbo estar indique situação ou condição em um determinado momento, o lugar em que estamos nos molda e nos ensina, é também definidor do que podemos ser e de onde poderemos estar, futuro. Obrigado Monteiro.

Obrigado Deus por ter me colocado nesse lugar, pela vida que tenho e pelo que me fizeste capaz de viver, já é tanto!

Obrigado à minha família por estar comigo acima de tudo. Meu pai João Batista pelo apoio incondicional e por ser meu referencial de pessoa. Minha mãe Edivalda por estar do lado pra me incentivar a sempre procurar estar e ser melhor. Minha madrinha Bá, pelo cuidado e por estar comigo. Aos meus irmãos Rodolfo e Rafael, obrigado por existirem e compartilharem tantos momentos incríveis do crescer.

Aquelas que estão aqui do lado, obrigado pelo maior apoio: Genice, Paula, Aurinha. Delas as minhas outras famílias: Jorge e Sofia, Itelmo, Itelmo Filho e Igor, Robervan, Clarinha e Pietro, Tereza, Emerson e Edilson. Vocês me lembram a alegria de estar aqui, sorrisos que eu escolhi estar próximo. À Titita Lídia, Titia Everalda, Dêdê, Tio Zé, Tia Maria, meus Avós e Avôs, obrigado por estarem aqui ou lá no céu me abençoando.

Mariana, obrigado por estar perto mesmo sempre estando muito longe em algum lugar aleatório do Brasil. Aos meus amigos que estão bem pertinho e outros que não estão mais, obrigado por fazerem parte de mim. Todos estão no coração: Suzane, Gustavo, Samara, Bea, Mariana, Wanda, Ricardo (sempre me incentivando), Mariela, Bruna, Rebecca, Matheus, Maria Clara, Anne, Sabrynna, Risele, Joyce, Camila, Lili, Rafael, Assta, Olga, Airon, Terezinha, Erika, Erick, Carlos.

Àqueles que a Prefeitura de Monteiro me deu, obrigado pelas oportunidades, ensinamentos e celebrações de trabalhos bem feitos: Anna Lorena, Waldirene, Sérgio, Johan, Rodrigo, José Augusto, Maressa, Vinicius, Flávio, Ítalo, Sabrina e Luanna.

A Marcus e Mariana, obrigado por estarem nas minhas referências e admirações.

Ao Professor Wamberto, obrigado pelas orientações e apoio, agradecimento que estendo aos demais professores do Instituto Federal da Paraíba, que formam esse curso tão lindo e importante para este lugar. Obrigado também aos demais colegas do Curso de Especialização em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Por fim, obrigado por este exato momento, aqui, tudo faz muito sentido.

A cidade de Leônia refaz-se a si própria cada dia que passa: todas as manhãs a população acorda no meio de lençóis frescos, lava-se com sabonetes acabados de tirar da embalagem, veste roupas novinhas em folha, extrai do mais aperfeiçoado frigorífico frascos e latas ainda intactos, ouvindo as últimas canções no último modelo de aparelho de rádio.

Nos passeios, embrulhados em rígidos sacos de plástico, os restos de Leônia de ontem esperam o carro do lixo. [...] mais do que pelas coisas que dia a dia são fabricadas vendidas compradas, a opulência de Leônia mede-se pelas coisas que dia a dia se deitam fora para dar lugar às novas. De tal modo que há quem se interrogue se a verdadeira paixão de Leônia é realmente como dizem o gozar as coisas novas e diferentes, ou antes o rejeitar, o afastar de si, o limpar-se de uma constante impureza. A verdade é que os varredores são recebidos como anjos, e a sua tarefa de remover os restos da existência de ontem está rodeada de um respeito silencioso, como um ritual que inspira devoção, ou talvez porque uma vez deitadas fora já ninguém quer tornar a pensar nessas coisas.

Para onde levam todos os dias a sua carga os varredores, ninguém quer saber: para fora da cidade, claro; mas cada ano que passa a cidade vai-se expandindo, e os depósitos do lixo têm de ir parar mais longe; a imponência dos desperdícios aumenta e as pilhas erguem-se, estratificam-se, cobrem um perímetro cada vez mais vasto. Acrescente-se que quanto mais se aperfeiçoa a arte de Leônia no fabricar novos materiais, mais o lixo melhora a sua substância, resiste ao tempo, às intempéries, a fermentações e combustões.

[...] O resultado é este: que quanto mais Leônia deita fora, mais coisas acumula; as escamas do seu passado fundem-se numa couraça que não se pode tirar; renovando-se dia a dia a cidade conserva-se toda na única forma definitiva: a dos lixos de ontem que se amontoam nas lixeiras de anteontem e de todos os seus dias e anos e lustros.

[...] Quanto mais cresce a sua altura, mais paira o perigo das derrocadas: basta que uma lata, um velho pneu, um garrafão desempalhado rebole para o lado de Leônia e uma avalanche de sapatos rotos, calendários de anos anteriores e flores secas submergirá a cidade no seu próprio passado que em vão tentava expulsar, misturado como o da cidade limítrofe, finalmente purificado, um cataclismo arrasará a sórdida cadeia montuosa, apagará todos os vestígios da metrópole sempre vestida de novo. Das cidades vizinhas já estão prontos com rolos compressores para alisarem o solo e alargarem-se para o novo território, para aumentarem e afastar de si as novas lixeiras.

(CALVINO, 1990, p. 105)

## RESUMO

É impossível resumir as cidades ou condensá-las a termos genéricos, principalmente ao considerar-se o *modus operandi* da urbanização brasileira, desenvolvida sob o crescimento dos ideais capitalistas que produziram variados desequilíbrios socioespaciais, locais, regionais e urbano-rurais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, caracteriza as cidades pequenas distantes de critérios qualitativos, definindo-as como aglomerações urbanas com até 50 mil habitantes e nas quais vivem cerca de 31,51% da população brasileira. Compreender esses núcleos urbanos mostra-se importante diante da ausência de estudos em urbanismo que se desloquem da análise metropolitana, debruçando-se sobre a perspectiva das cidades menores em suas especificidades locais e como contribuíram para uma singular urbanização, com inserção em âmbito regional e de fortes dinâmicas internas. Considerando-se a amplificação geoespacial de debates, o município de Monteiro, localizado na região do Cariri Ocidental do estado da Paraíba, com 32.277 habitantes, lócus de um amplo crescimento espacial e populacional nos últimos anos, passa a apresentar lacunas e problemas urbanos em estágios reversíveis de comprometimento do direito à cidade e sustentabilidade urbana. Assim, o presente trabalho apresenta como objetivo geral construir um panorama multitemático com diagnóstico e diretrizes de melhorias de sustentabilidade para o município de Monteiro – PB, sob o cerne dos movimentos do urbanismo contemporâneo e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

**Palavras-chave:** Cidades Pequenas; Desenvolvimento Sustentável; Monteiro; Urbanismo.

## **ABSTRACT**

It is impossible to summarize cities or characterize them in generic terms, especially when considering the modus operandi of the Brazilian urbanization process, developed under the growth of capitalist ideals that produced various socio-spatial, local, regional and urban-rural imbalances. The Brazilian Institute of Geography and Statistics characterizes small cities far from qualitative criteria, but defining them as urban agglomerations with up to 50,000 inhabitants and in which live about 31.51% of the Brazilian population. Understanding these urban centers is important in view of the absence of studies in urbanism that move away from metropolitan analysis, focusing on the perspective of smaller towns in their local specificities and unique urbanizations, exhibiting a insertion in the regional scope and strong internal dynamics. Considering the expansion of geospatial debates, the city of Monteiro, located in the western Cariri region of the state of Paraíba - Brazil, with 32,277 inhabitants, has shown a large spatial and population growth in recent Years along with gaps and urban problems in reversible stages of compromising its urban rights and sustainability. Thus, the present work objectives the building of a multi-thematic panorama with a diagnosis and guidelines for sustainability improvements for Monteiro - PB, under the core of contemporary urbanism movements and the Sustainable Development Goals - SDG.

**Keywords:** Small Town; Sustainable development; Monteiro; Urbanism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Diagrama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS...	25
Figura 02: Localização de Monteiro – PB.....	26
Figura 03: Imagem de Monteiro em 2023 .....	26
Figura 04: Configuração urbana de Monteiro em 1951. ....	31
Figura 05: Limite do Perímetro Urbano. ....	33
Figura 06: Mapa de Bairros.....	34
Figura 07: Mapa de Crescimento Urbano.....	35
Figura 08: Mapa de Cheios e Vazios. ....	36
Figura 09: Mapa de Hierarquia Viária.....	38
Figura 10: Mapa de Hierarquia Viária.....	39
Figura 11: Radar dos ODS – Desempenho por ODS. ....	41
Figura 12: Evolução do índice de Desenvolvimento Sustentável para Monteiro - PB.....	42
Figura 13: Gráfico de Investimento Público (a) e Gráfico do Total de Receitas Arrecadadas (b). ....	43
Figura 14: Gráfico de Investimento Público em Infraestrutura (a) e Gráfico de Empregos Formais (b). ....	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Sistematização de categorização dos princípios dos movimentos do urbanismo contemporâneo.....	48
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
MOVIMENTOS URBANÍSTICOS CONTEMPORÂNEOS: CONCEITOS E CARACTERIZAÇÕES .....	17
O ESPAÇO URBANO COMO LÓCUS DE MULTIPLICIDADES .....	26
CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA .....	26
CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA .....	28
CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA .....	33
CARACTERIZAÇÃO TEMÁTICA: OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	41
DIRETRIZES: SISTEMATIZAÇÃO A PARTIR DOS MOVIMENTOS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO .....	48
ITENS RELACIONADOS À COMPACIDADE .....	49
ITENS RELACIONADOS À MOBILIDADE.....	52
ITENS RELACIONADOS AO ESPAÇO PÚBLICO E ÁREA VERDE .....	56
ITENS RELACIONADOS A DIVERSIDADE URBANA E EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA.....	59
ITENS RELACIONADOS A ATIVIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS .....	67
ITENS RELACIONADOS A TECNOLOGIAS.....	72
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS.....	78

## INTRODUÇÃO

Cidades: grandes, médias, pequenas, conectadas, polo, globais, negócios, patrimônio, criativas, sustentáveis...e inteligentes. São inúmeros os adjetivos que tentaram, ou tentam, classificar de forma reducionista e homogeneizadora o espaço urbano. Compreendem um sem número de termos adjetivos que, ao descrever um pouco de cada cidade, por tal exibem-se insuficientes ao descrever suas totalidades. Cidades são complexas. “O fenômeno urbano, que é um fenômeno complexo, não pode ser compreendido parceladamente, sob uma ótica disciplinar ou multidisciplinar, mesmo que admita recortes disciplinares em diversas das suas manifestações” (MALARD, 2005, p. 84). É impossível resumir as cidades ou condensá-las a termos genéricos, ainda que conceituados academicamente: publicidades urbanas, vieses de estudiosos, olhares particulares, turísticos, títulos lucrativos que simplifiquem os lugares, atraíam ou vendam a ideia consumista de lugar ideal. Correspondem a uma compreensão da cidade enquanto produto. Costa (2010) tem posto em debate a falência de metanarrativas e visões universalizantes, sobre a falha em compreender e planejar para lugares higienizados ou parametrizados com uma régua ao gosto do planejador. A cidade, ao fim, dotada de *g e n i u s é l o c i* espacialidade para servir aos seus habitantes, ou pelo menos o deveria ser, suprir qualidade de vida, de forma democrática, para eles e por eles ser planejada, polissêmica<sup>2</sup>, múltipla, sustentável, e direito espacial assegurado a todos.

Na verdade, não existe uma fórmula para definir cidade. Um pontilhado de cidades num mapa-múndi não representa unidades idênticas ou semelhantes entre si: cidades são frutos de civilizações distintas, são formadas em condições históricas diversas e pertencem a sistemas econômicos diferentes. (GEIGER, 1963, p. 12)

O regime de urbanização brasileiro, desenvolvido com o crescimento dos ideais capitalistas, resultou em variados desequilíbrios locais, regionais e urbano-rurais. Centralizado no processo de industrialização, a migração rural-

---

<sup>1</sup> Do latim: espírito do lugar ou alma do lugar. Corresponde à qualidade ou qualidades únicas e distintivas de um lugar, essência intrínseca que o torna singular influencia a forma como as pessoas o percebem e experimentam.

<sup>2</sup> De múltiplos significados e sentidos relacionados, muitas vezes derivados de um significado original comum.

urbana representava a desterritorialização com ideal de progresso e melhoria socioespacial, especializavam a construção de mão-de-obra livre sob as relações capitalistas modernas. Intensificou-se nas primeiras décadas do século XX, quando a partir de 1930 houve um aumento do processo migratório do campo para a cidade, principalmente para trabalhar nas indústrias que se erguiam majoritariamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Por volta de 1940 e 1950 o processo de industrialização ampliou-se, impulsionado pelas políticas de substituição das importações do governo Getúlio Vargas, com a adição das construções de infraestrutura de apoio como rodovias, hidrelétricas e portos. A década de 1960 foi marcada pela construção de Brasília, e a tentativa de descentralizar a concentração industrial do eixo Rio-São Paulo a partir de políticas de desenvolvimento regional que buscavam criar outras centralidades. Nos anos 70, então, como resultado dos acelerados processos de industrialização mencionados, passou a se exibir um Brasil de grandes desigualdades socioespaciais, com a expansão das periferias, informalidade de trabalho e a segregação espacial resultante da acelerada passagem de um Brasil rural para um Brasil urbano. Em cidades menores, essa mudança de paradigma socioespacial era gerida pela influência de cidades maiores, respeitando suas temporalidades, e pela modernização associada com os deslocamentos de atividades, as necessidades de mão-de-obra e ideias de futuro.

Um processo de urbanização baseado nos baixos salários – nas áreas industrializadas – e na relação informal, nas áreas de economia deprimidas é a chave explicativa para cidades e metrópoles produzidas, em grande parte, de forma ilegal pelas mãos de seus moradores: sem observação de leis urbanísticas e edilícia, sem conhecimento técnico de engenheiros e arquitetos, sem financiamento público ou subsídios resultando em casas e demais edifícios cuja construção se arrasta ao longo de muitos anos, marcados por ambientes insalubres e áreas submetidas a riscos de diversas naturezas. (MARICATO, 1996, p. 13)

O resultado espacial da urbanização intensa foram as grandes cidades, as metrópoles e, embora representem o cerne do processo de urbanização e campo para estudos e análises diversas, não se pode negar a existência do que Milton Santos chama de cidades locais, “uma aglomeração urbana dissociada da produção primária, que atinge um certo nível de autonomia territorial e

especialização das atividades, sendo capaz de atender as necessidades mínimas da população” (SANTOS, 1979, p. 71) e como também se configuram como importantes objetos do processo de industrialização nacional. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE caracteriza o contexto de cidades de pequeno porte em critérios quantitativos, definindo-as como aquelas aglomerações urbanas com até 50 mil habitantes<sup>3</sup>. Em 2022 correspondiam a 4.914 (IBGE, 2023) dos 5.570 municípios brasileiros onde vivem cerca de 63.999.809 habitantes (31,51% da população brasileira), quantitativo inquietante ao se considerar que, para esses municípios, há carência de políticas públicas e escassez analítica, prática e de acesso no âmbito da arquitetura e do urbanismo.

Cidades pequenas só o são porque existe um parâmetro daquilo que é grande. Entretanto, maior e menor não constituem, por si só, o infinito. Pode-se ser infinitamente grande, infinitamente pequeno. A ideia por trás desse pensamento é que possamos reconhecer o menor enquanto um lugar diferencial em relação ao hegemônico, porém, nunca menos infinito por isso. (CHEMELLO E CRUZ, 2022, p. 93)

Para Santos (1982, p. 69-70), essa classificação numérica é uma “generalização perigosa”, uma vez que o “fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa”. Certamente a classificação numérica não expressa a completude da realidade das pequenas cidades, mas aqui utiliza-se como agrupamento e marco de construção de pensamentos alinhado com os critérios nacionais de manejo dos centros urbanos e limite de estatísticas.

As cidades pequenas em seus infinitos e particularidades comumente passam aquém das definições mais incisivas das políticas urbanas e dos instrumentos normativos desenvolvidos ao servir da metrópole, como o Estatuto da Cidade, uma vez que estes versam muito mais sobre uma realidade aproximada dos grandes processos de urbanização e metropolização dos territórios. Além disso, descrevem-se em inúmeras configurações díspares nas cidades de pequeno porte: cidades de sertão, de litoral, de serra, de rio, de

---

<sup>3</sup> Ao tratar as redes de influência, segundo o IBGE (2023) essas cidades podem classificar-se em centro de zona, “[...] de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares” e centro local, “[...] cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes [...]”.

estrada ou recentes núcleos urbanos outrora distritos<sup>4</sup>. Há um processo de urbanização que considera hegemônica a realidade das grandes cidades e sua necessidade de sobreposição às cidades médias e pequenas, e cujas atenções quase sempre raras, tem nesse limite populacional uma régua de corte política e acadêmica no que Milton Santos (1993) chama de onipresença das metrópoles. Embora existam muitas definições, o aspecto quantitativo é apenas uma das características desses aglomerados urbanos e não o único:

[...] diante da indefinição que envolve essa categoria de cidades, compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas [...] (GONÇALVES, 2005, p. 199).

Os níveis de complexidades atingidos pela urbanização e composições urbanas brasileiros fizeram com que a rede urbana do país também se modificasse de forma intensa com a caracterização desses municípios como cidades locais, que para França et al (2019, p.124) são importantes pelos “papéis urbanos que desempenham na região em que se inserem, a morfologia, a densidade, as atividades econômicas, os fluxos, os modos de vida e a cultura, entre outros”.

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações. (Santos, 1979, p. 70-71)

Essas cidades de pequeno porte ainda têm no aspecto rural um elemento bastante definidor nas suas configurações, costumes, tradições e valores, de forma que Wanderley (2001) analisa esses núcleos urbanos pelo seu “povoamento reduzido e à predominância das paisagens ‘naturais’ e das

---

<sup>4</sup> Segundo os dados do último Censo do IBGE (2023), foram criados mais cinco municípios em relação ao Censo de 2010, são eles: Balneário Rincão (SC), Mojuí dos Campos (PA), Paraíso das Águas (MS), Pescaria Brava (SC) e Pinto Bandeira (RS).

relações de interconhecimento” (WANDERLEY, 2001, p.15). Ainda, Corrêa (1999) analisa que “a pequena cidade é um núcleo dotado da função de sede municipal no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestações de serviços”. Compreender essas cidades pequenas permeia assim a compreensão do seu meio rural, das especificidades locais e como contribuíram para sua singular urbanização, a sua inserção em âmbito regional e em redes de influência com os territórios circundantes, sejam metropolitanos ou igualmente de pequeno porte.

É preciso analisar os fatores que conduzem aos processos de concentração e dispersão que configuram o espaço urbano, e essa compreensão pode ser analisada a partir de recortes espaciais, temporais ou temáticos distintos, numa tentativa de amplitude de estudos da complexidade urbana brasileira. Nesse contexto compreender as cidades pequenas, suas dinâmicas urbanas, mostram-se desafiadores pois a relação hierárquica com as cidades maiores configura uma teia de inúmeros fatores interdependentes com escalas mais amplas do que uma hierarquia quantitativa e simples, e que envolve diversos temas, como discorrem as correntes de urbanismo contemporâneas<sup>5</sup>.

Mostra-se como consenso a imperatividade de planejar cidades compactas e com diversidade de usos como oposição ao modelo de desenvolvimento urbano predominante, que valorizava a segregação espacial, uso excessivo do automóvel e degradação dos espaços públicos. Contudo, e considerando-se a complexidade dos assuntos urbanos, as teorias contemporâneas dissipam-se em diversos contextos, com diretrizes e temáticas próprias quanto à centralidade do pensamento urbano, mas complementares enquanto construção de um ideal de cidade mais espacialmente justo, socialmente democrático e ambientalmente sustentável.

Correntes como as Cidades Inteligentes (*Smart Cities*), que se concentram na utilização de tecnologias que ampliem a eficiência das cidades; o Novo Urbanismo (*New Urbanism*), que se apropria das ideias de usos mistos com integração social e espaços de qualidade; o Urbanismo Tático, que utiliza

---

<sup>5</sup> Aqui analisadas: Cidades Compactas, *New Urbanism*, *Smart Growth*, *Smart Cities*, Eco Bairros, Urbanismo Tático e Cidade Sustentável.

intervenções temporárias e de baixo custo para melhorar questões urbanas; Urbanismo Ecológico ou Sustentável, que associa questões ambientais e de sustentabilidade ao planejar o urbano; Planejamento estratégico que, a partir da análise das dinâmicas urbanas, identifica oportunidades e desafios para o desenvolvimento das cidades; Urbanismo Participativo, que insere o cidadão como protagonista no processo de pensar e planejar a cidade como elemento de ação; Urbanismo feminista, que inclui as questões relacionadas ao gênero e a cidade, e o Direito à Cidade<sup>6</sup>. Embora possam apresentar-se com outras denominações, as correntes de pensamento sobre a cidade mostram-se complexas, mas essenciais enquanto diretrizes para pensar o urbano de forma ampla e justa, ainda, segundo Maricato (2011, p. 28) “as competências para o desenvolvimento urbano, previstas na Constituição Federal, exigem um Pacto Federativo que reúna esforços (incluindo planos, ações e investimentos) dos três níveis de governo, do Legislativo, do Judiciário, do setor privado e da sociedade civil”.

E considerando-se um contexto de amplo crescimento espacial e populacional nos últimos anos, o município de Monteiro, localizado na região do Cariri Ocidental do estado da Paraíba, conhecida como Cariris Velhos, cidade local e centro de zona com 32.277 habitantes, começa a apresentar lacunas e questões urbanas em estágios reversíveis de comprometimento do direito à cidade, ou que podem ser mitigadas ao correlacionar-se com os estudos e diretrizes das teorias urbanas contemporâneas e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nessa direção, o presente trabalho exhibe como objetivo geral construir um panorama multitemático com diagnóstico e diretrizes de melhorias de sustentabilidade para a cidade de Monteiro – PB, através de uma análise quantitativa e morfológica sob o cerne dos movimentos do urbanismo contemporâneo. A partir desse objetivo geral supracitado, discorrem-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar um panorama geral das teorias urbanas contemporâneas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;

---

<sup>6</sup> Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

- Elaborar um diagnóstico da cidade de Monteiro através de caracterização, história, mapas, infográficos, coleta de dados disponíveis no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras, no IBGE (Censo 2010 e 2022) e nos principais Órgãos Públicos da cidade;
- Formulação e classificação de diretrizes que possam se transformar em ações diretas para as questões urbanas do município inserindo a cidade em contextos contemporâneos de desenvolvimento sustentável e inovação.

Ao se propor como resultado a elaboração de diretrizes associadas à uma análise morfológica, não se nega a subjetividade de suas construções ou tendências, mas celebra-se esse aspecto como caminho à construção de uma realidade mais próxima do lugar, associada às suas singularidades, imagéticas particulares e qualidades identitárias. Apresentam-se meios de caracterizar os interiores não mais como lugar das secas<sup>7</sup>, mas objetos de leituras contemporâneas de arquitetura e urbanismo sustentáveis: princípios orientadores para usos do solo, a prática arquitetônica, a mobilidade, a preservação do patrimônio, a tecnologia, a participação popular, a sustentabilidade e demais aspectos de melhoria da complexidade da cidade de pequeno porte. Novos cariris velhos: heterogêneos, molhados, desenvolvidos e grandes.

---

<sup>7</sup> Sobre isso ler: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A Invenção do nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.

## **MOVIMENTOS URBANÍSTICOS CONTEMPORÂNEOS: CONCEITOS E CARACTERIZAÇÕES**

O urbanismo contemporâneo desenvolve-se a partir da premissa de aceitação da cidade como espaço de complexidades e não mais de setorizações<sup>8</sup>, onde descrevem-se inúmeras formas de trocas e apropriações e, por tal, exigente de estudos diversos e multidisciplinares. Há um sem número de teorias urbanas aceitas por estudiosos, porém, todas partem da premissa do aumento da população na cidade associado à necessidade de um urbanismo eficiente para abordar temas como a forma urbana, a gestão das cidades, sustentabilidade, diversidade e participação cidadã. No Brasil, o urbanismo contemporâneo exprime um complexo cruzamento entre influências globais euro-americanas e desafios e singularidades locais de terceiro mundo, construindo um panorama heterogêneo de desenvolvimento urbano e práticas urbanísticas, especialmente ao se tratar sobre cidades de pequeno porte e suas realidades. Essa visão multifacetada das cidades contemporâneas brasileiras destaca a necessidade de um planejamento urbano sensível às peculiaridades locais e capaz de harmonizar os aspectos técnicos, sociais e estéticos como meio de promover um desenvolvimento equitativo e sustentável.

A configuração urbana da maioria das cidades brasileiras, e urbanizadas sob o cerne capitalista, centra-se no automóvel. Sobre o território descrevem-se vias e percursos que contribuem para um espraiamento urbano que acaba por tornar-se um problema maior para a gestão pública, associado à disponibilização de infraestrutura básica, e fazendo da cidade espaço de exclusões e dissociações. Aliado a essa expansão de vias, muitas vezes os limites de crescimento do perímetro urbano são ampliados excessivamente como meio de priorizar o mercado imobiliário sem compensação direta ao cidadão e à qualidade espacial. Maiores e distantes percursos contribuem para maiores gastos de recursos naturais, de emissão de poluentes e de geração de resíduos.

---

<sup>8</sup> O urbanismo modernista surgiu como uma reação às condições urbanas precárias e à falta de planejamento das cidades no período pós-industrial: zonamento funcional, planejamento geométrico, predominância do automóvel, grandes complexos habitacionais, foco na eficiência e funcionalidade, uso de materiais modernos e centralização da arquitetura monumental.

Rogers e Gumuchdjian (1997) então propõem um pensar urbano que se descreve a partir de núcleos compactos que diminuam os percursos, rejeitando os modelos urbanos modernistas, centralizado em atividades sociais e pontos nodais de transporte de onde cresceriam as áreas residenciais. “A cidade compacta é uma proposta que preconiza a proximidade, os espaços públicos, o contato entre indivíduos e potencializa a atividade humana” (LIMA, 2014, p. 297). Compreender a cidade como rede de complexidades permitiria assim unificar espaços, compactar proximidades e garantir que percursos não se estendam e transformem-se em problemas públicos de dissociação socioespacial.

Somam-se ao ideal de cidades compactas as propostas de altas densidades<sup>9</sup> e os usos mistos do solo urbano como mecanismos de uso eficiente dos espaços urbanos. Ainda, esses parâmetros contribuem para a redução da ocupação das áreas naturais e agriculturáveis bem como ampliar as possibilidades de uso de transportes coletivos ou não motorizados. É preciso, contudo, entender que especialmente em países periféricos, a compactação urbana pode vir associada ao processo de gentrificação<sup>10</sup>, criando áreas excludentes e socialmente injustas para as populações economicamente desfavorecidas, além de zonas urbanas vulneráveis. Para Harvey (2015, p. 228) “as utopias da forma espacial pretendem tipicamente estabilizar e controlar os processos que têm de ser mobilizados para virem a se concretizar”. Assim, ao idealizar um determinado arranjo socioespacial, os planejadores urbanos e arquitetos procuram não apenas criar uma visão estática, mas também implementar mecanismos que direcionem e orientem o desenvolvimento e sua realização.

No âmbito de estados ideais, o urbanismo sustentável configura-se como uma resposta fundamental aos desafios prementes da contemporaneidade ao propor o planejamento urbano associado com a conservação dos recursos naturais e promoção do bem-estar humano. “As cidades têm a capacidade de

---

<sup>9</sup> A densidade urbana se refere à quantidade de pessoas ou unidades habitacionais por unidade de área em uma área urbana específica. Geralmente, é expressa em termos de habitantes por hectare ou por quilômetro quadrado. Uma alta densidade urbana pode levar a uma utilização mais eficiente do espaço e ao incentivo do uso de transportes públicos, enquanto uma densidade baixa pode resultar em expansão urbana descontrolada e maior dependência do transporte individual. O equilíbrio entre densidade e qualidade de vida é um aspecto chave no desenvolvimento urbano sustentável.

<sup>10</sup> “O conceito de gentrificação (*gentrification*), criado pela socióloga Ruth Glass em 1964, foi utilizado pela primeira vez para analisar a transformação imobiliária ocorrida em bairros londrinos que definiu a elitização dos estratos sociais (a alta burguesia urbana – *urban gentry*) que se apropriaram dos bairros operários” (PAES, 2017, p. 668).

fornecer algo para todos, apenas porque, e somente quando, são criadas por todos" (JACOBS, 2007, p. 164). Na busca por formas de mobilidade mais eficientes e acessíveis, o urbanista Jan Gehl (2013) enfatiza que deve haver uma prioridade acerca da mobilidade não motorizada, com atenção especial para a caminhada e o ciclismo, promovendo assim ambientes urbanos mais saudáveis e ativos sob a escala humana. Ainda, David Harvey (2014), reforça que a sustentabilidade urbana verdadeira deve incluir a justiça social, alertando contra a perpetuação das desigualdades enquanto se buscam soluções ambientais. Nesse contexto, se faz necessário compreender que as cidades além de abrigar e lócus de socializações, também produzem sustentabilidade, exigindo um olhar sobre as particularidades locais nessas definições.

[...] cidade sustentável é o assentamento humano constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços e cuja relação não se dá pela razão natureza-objeto e sim por uma ação sinérgica entre prudência ecológica, eficiência energética e equidade socioespacial. (ROMERO, 2007)

A partir da centralização da sustentabilidade nos discursos urbanísticos, a cidade passa de objeto resultante da espacialização antrópica para um caminho de ruptura de paradigmas onde o capital social torna-se ativo no processo de urbanização sustentável. Para Romero (2011, p. 02) “[...] o urbanismo sustentável é um conceito em constante ajuste e adequação às necessidades humanas, resultante de experimentos, vivências, pesquisas e interações dos fenômenos socioculturais, econômicos, ambientais, tecnológicos”. Dessa forma, compreender o sustentável não mais limita-se ao saber técnico, mas mistura-se aos atores sociais que moldam e vivem o espaço urbano, uma vez que “não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas, e tentar defendê-lo sem levar em conta os problemas humanos deu a própria expressão "meio ambiente" uma conotação de ingenuidade em certos círculos políticos” (BRUNDTLAND, 1991, p. 18). A partir desses estudos, o desenvolvimento sustentável é visto como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46). Há para seu desenvolvimento, a necessidade de

unir economia, gestão e ecologia compreendendo que o crescimento das cidades e os processos econômicos e de urbanização inferem e produzem mudanças substanciais sobre o meio físico.

“[...] As cidades devem pressionar os urbanistas e os arquitetos a reforçarem as áreas de pedestres como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Igualmente urgente é reforçar a função social do espaço da cidade como local de encontro que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta”.(Gehl, 2013, p. 6)

Enquanto as cidades desenvolvem-se muitas vezes sob um planejamento do tipo *top-down*, a dimensão humana citada por Gehl (2013) encontra-se esquecida e negligenciada frente ao planejamento das nossas cidades. Nesse sentido, foca-se em produzir uma cidade de projetos em larga escala, cujas apropriações são de grande incerteza e onde a participação do cidadão é mínima. E diante disso, a cidade tem observado “o ressurgimento de diversas iniciativas cidadãs de menor escala” (POHL; REYES, 2011 apud MCEDO E ALMEIDA, p. 03). Surgem movimentos e lutas “não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.” (LEFEBVRE, 1991, p. 139). Essas intervenções podem solucionar coletivamente problemas e necessidades locais, mas também podem instigar lutas e revoluções mais complexas frente aos sistemas dominantes. Nesse contexto, muitas ações de participação coletiva sobre o espaço urbano desenvolvem-se sob o termo Urbanismo Tático: construção do empoderamento cidadão, processos de co-criação, planejamentos participativos; tecnologia e comunicação, projetos colaborativos e pesquisas.

O urbanismo participativo é mais do que uma abordagem de planejamento; é um convite para que as vozes da comunidade ecoem no processo de moldar o ambiente urbano. Como afirmou Arnstein em 1969, a 'participação' é um termo vazio a menos que o poder das pessoas seja real. Nessa perspectiva, o urbanismo participativo se esforça para empoderar as

---

<sup>11</sup> De cima para baixo.

comunidades, permitindo que elas influenciem diretamente as decisões que afetam suas vidas. Ao envolver os cidadãos na tomada de decisões, o urbanismo participativo cria um senso compartilhado de pertencimento e responsabilidade em relação aos espaços urbanos. Jan Gehl (2013) ressalta que a vida urbana deve ser a espinha dorsal do planejamento urbano, sugerindo que as pessoas são a prioridade máxima no desenho das cidades. Essa abordagem coloca os cidadãos no centro do processo, garantindo que suas necessidades e aspirações sejam atendidas. Ainda para Arnstein (1969), participação sem poder real é uma farsa. Isso destaca a importância de garantir que o urbanismo participativo não seja apenas superficial, mas que realmente permita que os cidadãos influenciem as decisões e tenham um impacto tangível na formação de suas comunidades, não é apenas sobre a forma física das cidades, mas também sobre fortalecer o vínculo entre os cidadãos e o espaço que habitam.

No âmbito urbano, e majoritariamente a partir dos estudos de Castells e Borja, “a definição de um Projeto de Futuro só será eficaz se mobilizar, desde o seu momento inicial, os atores urbanos públicos e privados” (Castells & Borja, 1996, p. 158). Nesse contexto, muitas cidades latino-americanas renderam-se às iniciativas desse projeto de cidade<sup>12</sup>, embora que por vezes corroborado pela forma como se davam essas parcerias num contexto de justiça e democratização urbanos.

Não faltam aqueles que oferecem, a preços não módicos, fórmulas capazes de conduzir qualquer cidade ao pódio restrito das cidades globais. Os clientes, muitos prefeitos latino-americanos, buscavam salvar suas municipalidades da insolvência promovida pela crise fiscal, seguindo o modelo mais vendido do continente: Planejamento Estratégico, à la Barcelona (Maricato, 2001, p. 57).

Em poucas palavras, buscavam promover a cidade para o exterior, mostrar-se qualificada e atrativa ao que vem muito mais que ao cidadão, embora pregasse que essa “promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população” (Castells & Borja, 1996, p. 160). A cidade deveria mostrar-se aos investidores e

---

<sup>12</sup> Planejamento Estratégico.

“visitantes solventes”, em planos prontos para serem aprovados pela população na construção de um sentimento de identidade coletiva quase sempre dissociado da realidade e voz popular.

Esse tipo de planejamento difundiu-se no Brasil por volta do final da década de 1990 e início do século XXI, e teve como principais problemas o fato de basear-se em modelos importados de uma realidade europeia e americana, havia pouca participação popular, com a inserção de planos impostos e fazendo-se usos do marketing urbano, e na maioria dos casos centravam-se em áreas já qualificadas ou beneficiando as elites locais, pouco revertendo-se em qualidade para as demais parcelas da população. Vainer et al (2009, p. 83) afirmou que a cidade desse planejamento estratégico “não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis”, fazendo-se uso de uma unificação de sentimento de crise como mote para planos e unidade local.

Na realidade, a venda da cidade como um espaço para atividades depende muito da criação de um imaginário urbano atraente. Lideranças da cidade podem considerar o desenvolvimento espetacular como “um líder de gastos” para atrair outras formas de desenvolvimento. Parte do que temos visto nas últimas duas décadas é a tentativa de construir um imaginário físico e social de cidades adequadas para estes propósitos competitivos (Harvey, 1996, p. 60).

As ideias do planejamento estratégico são, contudo, dependentes da sensação de unificação urbana, em que a cidade se rechaça e mostre-se sem críticas ao projeto, uma vez que deverá reconhecer-se no mesmo, por vezes transformando a sensação de crise em patriotismo e desejos por melhorias coletivas fabricadas externamente. Nesse aspecto, o ideário de participação popular nas tomadas de decisões por vezes torna-se contemplativo e não ativo como premissa de mudanças e melhorias refletivas da realidade local.

“De fato, criaram para a maioria da população um sentimento de orgulho e de “pertencimento” à cidade, mas esse sentimento gera, mais do que uma participação ativa, uma participação contemplativa da nova cidade. Com efeito, pensamos que a assistência ao espetáculo cria uma ilusão de participação” (Sánchez, 1999, p.127).

Para esses planos provenientes do Planejamento estratégico, centram-se as obras monumentais, criam-se narrativas em torno da cidade como protagonista enquanto maquiagem-se quaisquer discursos que questionem a aplicação de tais planos como realmente benéficos para as cidades. Busca-se muito mais a construção de um espaço urbano apto aos investimentos e crescimento proveniente do externo do que resolutivo e confortável para o desenvolvimento da vida comum dos cidadãos.

A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de efêmeros aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos (Harvey, 1996, p. 59).

Em conclusão, a crítica ao planejamento estratégico mostra-se não aos ideários de planejar a cidade a partir da definição de problemas e potencialidades, mas à subversão das elites dominantes que o fazem sob os seus interesses de crescimento e reprodução dos sistemas desiguais já existentes. Embora as discussões sobre os planos diretores<sup>13</sup> participativos tenham voltado à centralidade das políticas urbanas, muitas cidades brasileiras ainda priorizam a economia com a necessidade de tornar as cidades mais atrativas, ampliando competitividades, até quando deixam-se influenciar e põem em prática o chamado planejamento estratégico sem plano, ou proveniente das influências de modelos de cidades maiores ou incorporadas à rede urbana em que se inserem.

Recentemente, muito tem se falado na inserção do termo cidades inteligentes, ou *smart cities*, dentro do planejamento urbano contemporâneo. Esse enquadramento é caracterizado pela convergência da tecnologia, infraestrutura adequada e governança eficaz, objetivando a melhoria da qualidade de vida urbana e otimização dos usos dos recursos disponíveis. Centralizam-se na coleta de dados em tempo real para que gestores e planejadores operacionalizem e prestem serviços direcionados. Além disso, a

---

<sup>13</sup> Planos Diretores são instrumentos de planejamento urbano utilizados em cidades para orientar o desenvolvimento, o crescimento e a organização do espaço urbano de maneira ordenada e sustentável. Geralmente, os Planos Diretores são elaborados com a participação da comunidade, levando em consideração as necessidades, demandas e aspirações da população.

integração tecnológica amplia a participação cidadã, fortalecendo o tecido social e promovendo a adoção de um sistema colaborativo de tomada de decisões.

”Uma cidade inteligente se forma quando investimentos em capital humano e social e tradicional (transporte) e moderna (TIC) infraestruturas tecnológicas de comunicação alimentam um crescimento econômico sustentável e qualidade de vida, com uma gestão sábia dos recursos naturais por meio de uma governança participativa” (CARAGLIU; DEL BO; NIJKAMP, 2011 apud ABDALA ET AL, 2014, p. 100).

O conceito é posterior ao *Smart Grids* dos anos 1980 que já trazia políticas ambientalistas pautadas no adensamento, priorização do pedestre, usos do solo mistos e reabilitação de áreas degradadas. Apesar de suas vantagens, as *smart cities* também exibem fragilidades, como coleta excessiva de dados pode levantar preocupações acerca da privacidade e segurança dos dados pessoais, bem como a exclusão digital, considerando-se que o acesso igualitário à tecnologia não é comum a todos os cidadãos. O planejamento urbano sustentável também assume papel de centralidade sob essa ótica, com ênfase na redução do consumo de energias, gestão eficiente de resíduos e promoção da mobilidade urbana sustentável. Ainda, a rápida evolução tecnológica pode resultar em soluções obsoletas em pouco tempo, exigindo um planejamento cuidadoso e adaptável. Contudo, o sucesso dessas cidades depende da capacidade de equilibrar o rápido avanço tecnológico com as necessidades humanas e sociais, garantindo uma coexistência equilibrada entre a inovação e a qualidade socioespacial nos municípios.

Em um contexto de desenvolvimento urbano mais equitativo e ambientalmente consciente na contemporaneidade, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS foram instaurados em 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sistematizados em 17 objetivos (Figura 01) inter-relacionados e suas 169 metas específicas de implementação. Assinados pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas, são parte componente da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, inserindo as mais diversas nações como responsáveis pela construção da sustentabilidade

---

<sup>14</sup> Urbanistas Peter Calthorpe e Andrés Duany.

coletiva e pontuando que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável” (AGENDA 2030, 2015).

Figura 01: Diagrama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.



Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

A criação dos ODS também foi influenciada por outros marcos importantes, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que vigoraram de 2000 a 2015 e concentraram-se principalmente na redução da pobreza extrema e na melhoria da saúde e da educação. Os ODS evoluíram a partir dessa base, expandindo o escopo para abordar questões sociais, econômicas e ambientais de maneira mais abrangente. No Brasil, as iniciativas para implementação dos ODS foram determinadas pelo Decreto nº 8.892 de 27 de outubro de 2016, criando a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, cujo desenvolvimento das metas e objetivos foram realizadas pelo IBGE e Ipea.

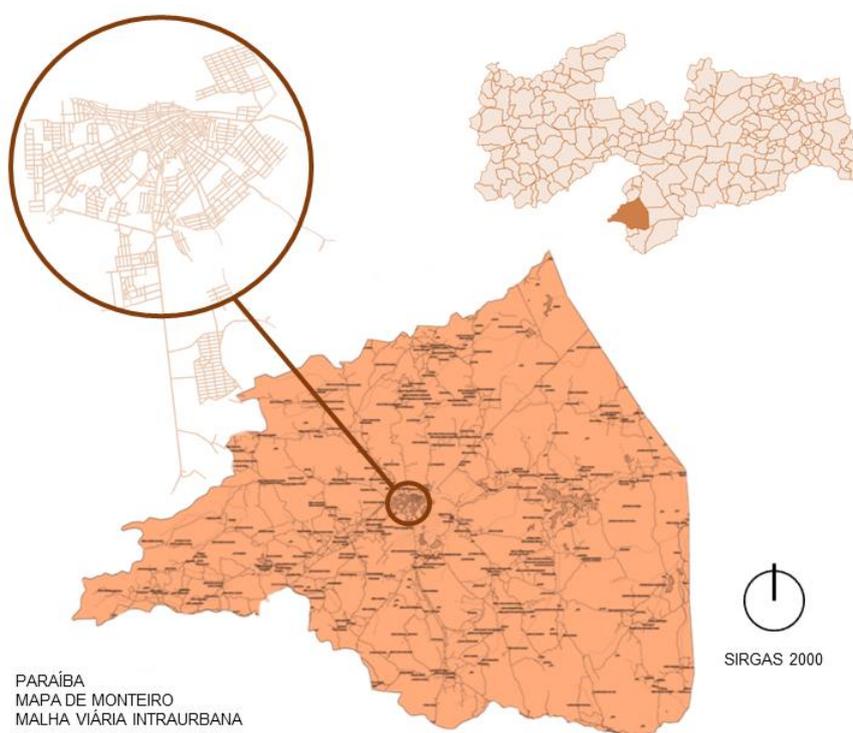
Os ODS representam um notável avanço no que diz respeito à proteção ambiental, crescimento econômico, desenvolvimento social, proteção dos povos e promoção dos direitos humanos, pois evidenciam um mecanismo conjugado de esforços e práticas cotidianas tendentes a promover o bem-estar das presentes gerações sem mitigar o bem-estar das gerações futuras, de modo a promover a justiça intergeracional. (GOMES E FERREIRA, 2018, p. 172)

## O ESPAÇO URBANO COMO LÓCUS DE MULTIPLICIDADES

### CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA

Monteiro é o maior município do estado da Paraíba em extensão territorial, com dimensão de 992,620 km<sup>2</sup> e 14º no estado em contingente populacional (IBGE, 2023). Sua população é de 32.277 pessoas (IBGE, 2023) e possui uma densidade demográfica de 31,28 hab/km<sup>2</sup>, sendo classificada pelo IBGE como Centro de Zona<sup>15</sup> ao tratar da sua hierarquia urbana, inseridas no grupo de 556 cidades cujas relações são predominantes e restritas com as áreas imediatas além de apresentarem gestões elementares.

Figura 02: Localização de Monteiro – PB.



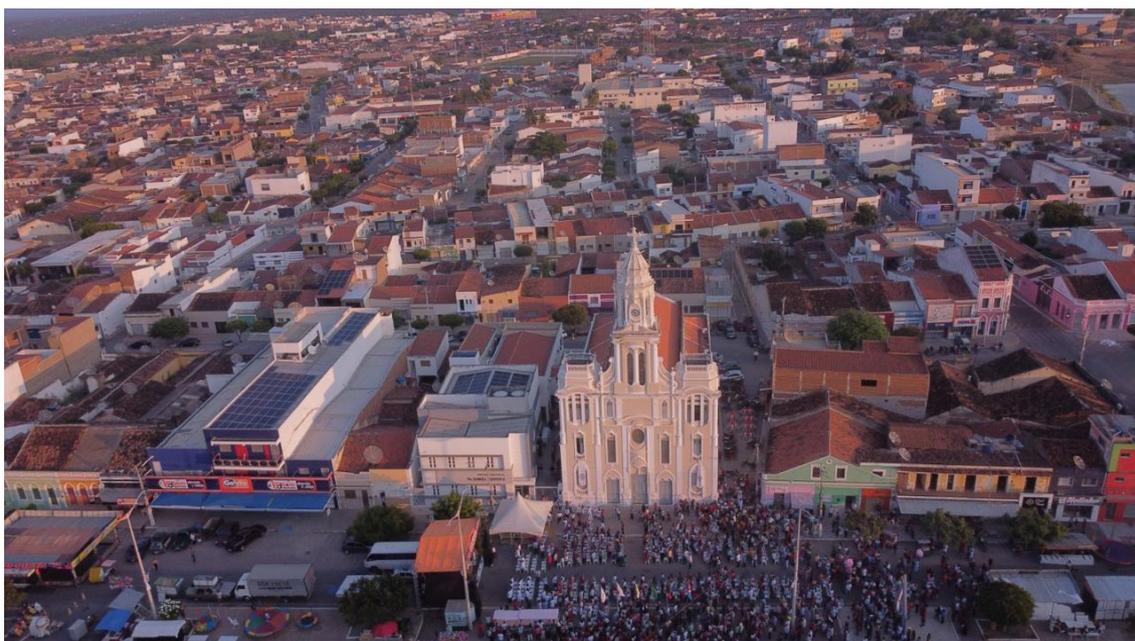
Fonte: Elaborado pelo autor

<sup>15</sup> Centro de zona – 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: a. Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão; e b. Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível. (IBGE, 2023)

Localiza-se na mesorregião da Borborema e na microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba (Figura 02), com uma zona rural extensa e produtivamente viva, e cujo índice de desenvolvimento humano é de 0.628 (IBGE, 2011). Sua economia baseia-se na agropecuária, comércio e serviços. Compõe a Bacia do Rio Paraíba<sup>16</sup>, e encontra-se à 296 km da capital do estado, João Pessoa. Possui altitude de 599 metros e clima semiárido, caracterizado por altas temperaturas, baixa humidade e baixo índice pluviométrico. Inserida no bioma da Caatinga, de vegetação xerófila e grande biodiversidade, apresenta relevo suave e ondulado, com presença de serras e formações rochosas.

Limita-se ao Norte com o município de Prata (PB); a Oeste, com Sertânia, Iguaraci e Tuparetama (PE); ao Sul, com São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê (PB); e, ao Leste, com Camalaú e Sumé (PB). Conecta-se com as regiões circunvizinhas pela BR-412, Campina Grande e Litoral, BR-110, Sertânia no Pernambuco, PB-196, Camalaú, Iguaraci e Afogados da Ingazeira e PB-264, Zabelê e São Sebastião do Umbuzeiro.

Figura 03: Imagem de Monteiro em 2023.



Fonte: Prefeitura Municipal de Monteiro

---

<sup>16</sup> A Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, com uma área de 20.071,83 km<sup>2</sup>, é a segunda maior do Estado da Paraíba, pois abrange 38% do seu território, abrigando 1.828.178 habitantes que correspondem a 52% da sua população total. Considerada uma das mais importantes do semiárido nordestino, ela é composta pela sub-bacia do Rio Taperoá e Regiões do Alto Curso do rio Paraíba, Médio Curso do rio Paraíba e Baixo Curso do rio Paraíba. (AESAs, 2023)

## CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA<sup>17</sup>

A região do território da Paraíba foi ocupada por três grupos nativos diferentes, os Tupis habitavam as regiões litorâneas, ficando, ao norte, os nativos Potiguaras e ao sul os Tabajaras, enquanto os povos Cariris conhecidos como Tarairiús habitavam o interior do território. Os nativos Cariris da região de Monteiro vieram do Rio São Francisco, pelo Rio Pajeú, de onde por volta de 1663, também chegaram os invasores da família Oliveira Ledo para tomar as terras da região. Esse processo de massacre se alastrou paralelamente pelo Brasil inteiro, e a população nativa acabou dizimada e reduzida de 1.500.000 para um total de aproximadamente 250 mil pessoas.

A primeira metade do século XVIII foi marcada pelos primeiros agrupamentos urbanos do interior, onde comumente haviam uma capela, uma feira de cereais e algumas casas, ligadas às capitanias vizinhas por estradas de terra percorridas por boiadeiros e tropeiros. Nessa época, a maioria das casas era feita de taipa, técnica formada pelo entrelaçamento de madeiras e preenchimento com barro, de feições simples, portas de madeira divididas em duas folhas, traços comuns das ocupações rurais. Em 1770, nas terras da fazenda Angicos, vindos das regiões de Garanhuns, Ararobá e Cimbres, no Pernambuco, Manoel Monteiro do Nascimento e Josefa Vieiras de Jesus casaram-se e estabeleceram-se.

As atividades da vida rural e o trabalho do casal Manoel e Josefa fez com que as terras onde trabalhavam prosperassem e, somando heranças recebidas e lucros com a criação de gado que era comum na região, compraram uma grande fazenda, que não lhes custou muito uma vez que essas terras não eram tão valorizadas. A região recebeu o nome de Lagoa do Periperi, pela vegetação abundante em áreas alagadiças, uma vez que a fazenda englobava uma lagoa e, por tal, atrativa à ocupação e criação de animais sob um clima árido. Embora não haja certeza quanto ao ano, em 1782 já haviam citações legais a uma região

---

<sup>17</sup> MUSEU HISTÓRICO DE MONTEIRO. **Acervo de visita**. Monteiro: 2022.

conhecida como Serra de Monteiro, atribuída pelo nome ao casal de proprietários.

Em 11 de novembro de 1791, Manoel José Monteiro, filho do casal de fazendeiros, recebeu uma procuração dos pais para que pudesse dar início aos trâmites legais de doação das terras para construção de uma capela dedicada à sua devoção católica à Nossa Senhora das Dores. O imaginário do período associava a prosperidade à necessidade de retribuição aos santos padroeiros como meio de agradecimento.

Em 07 de fevereiro de 1800, no cartório de José Antônio Pereira, em Cimbres, foi registrada a doação de meia légua de terra quadrada, cerca de 5.827,5 km<sup>2</sup>, que correspondia a 3% do que a família possuía, nominada à Nossa Senhora das Dores. A instalação de uma capela e o progresso econômico das produções agropecuárias da região atraíram famílias que ali decidiram se fixar. Construía-se casas térreas, geminadas e bastante simples, com espaços dispostos através de um corredor e aberturas diretas para a rua, comumente uma porta e uma janela, alinhadas e sem recuos. Os telhados das casas possuíam duas águas, uma jogando para a rua formada pelo alinhamento das casas, e a outra para o quintal. Nessa época, quase não haviam sobrados na região. Entre os anos de 1835 e 1837 a capela registrou cerca de 2.460 batismos, demonstrando movimentação e o exponencial crescimento da povoação da região.

A configuração urbana de Alagoa do Monteiro já se desenhava, em parte alinhada e em parte seguindo os padrões vizinhos das primeiras residências rurais, adensava-se de casas térreas, agora já ornamentadas, acompanhando as mudanças de ideais de arquitetura pelos quais passava o país, de traços ecléticos, embora que com certo atraso. Havia uma monotonia dos volumes e dimensões das parcelas do terreno das edificações, cujas diferenças centravam-se nos ornamentos, representando as posses dos proprietários. As viagens dos tropeiros e fazendeiros comunicavam as mudanças. O povoado de Alagoa de Manoel Monteiro foi elevado à categoria de distrito de paz em 1858 e foi criado um cartório de registro civil, a partir do trabalho do administrador do patrimônio Doutor Juiz Manoel Francisco de Souza Mello, à medida que a área crescia e mais moradores chegavam.

No dia 04 de setembro de 1865 a paróquia de Nossa Senhora das Dores de Alagoa de Monteiro é desmembrada de São João do Cariri e no mesmo ano foi criado o distrito de Alagoa de Monteiro pela Lei Provincial nº. 194. A época vivia um promissor momento econômico da produção algodoeira na região, e o distrito crescia exponencialmente com a chegada de novas famílias que construíam suas casas e o crescimento das famílias existentes, alterando completamente a paisagem de majoritariamente rural para um conglomerado de casas de tijolos de barro, ornamentadas e com iluminação pública feita com lampiões de gás. Os ornamentos mesclavam formas geométricas e retangulares, com elementos neobarrocos, mouriscos, românicos, góticos, ficando conhecido como estilo eclético, compreendendo-se, no entanto, as proporções que assumia no interior do país. O distrito de Alagoa de Monteiro tornou-se município pela Lei número 457 de 1872.

Por volta de 1892 a região de Monteiro, já bastante adensada por famílias e trabalhadores rurais, formava um belo conjunto de casas organizadas em vias largas. A arquitetura do período refletia alguns elementos de corrente neogótica, com a grande presença de arcos ogivais, gradis ornamentados, e uma profusão ornamental em estuque de vários outros estilos.

Em 1894 o município de Alagoa de Monteiro já contava com cerca de 13.000 habitantes, época em que se desenvolvia no Brasil a chamada República das Oligarquias, onde o poder local era chefiado pelos grandes produtores agrários rurais, situação que se refletia no interior do país e também na região de Alagoa de Monteiro. As famílias de coronéis disputavam o controle da região, através do voto de cabresto, elegiam os chefes políticos locais ao seu gosto e interesses.

Em 1921 Alagoa de Monteiro tornou-se cidade. Nessa época a região tinha cerca de 25.149 habitantes, que sobreviviam graças às atividades agropecuárias. Produziam 18.000 kg de feijão, 190.000 kg de rapadura, 12.000 kg de arroz, 12.709 fardos de algodão, 70.000 kg de farinha de mandioca, e cotava com um rebanho de cerca de 23.654 cabeças de bovinos e 109.546 cabeças de caprinos. O nome da cidade deixou de ser Alagoa de Monteiro e passa a ser apenas Monteiro, pelo decreto estadual nº 1164, de 15 de novembro de 1938, em homenagem ao sobrenome português oriundo da família da mãe

do doador Catharina Monteiro da Rocha. A cidade apresenta no seu cerne histórico o caráter relacional e a proximidade intrafamiliar.

Figura 04: Configuração urbana de Monteiro em 1951.



Fonte: Museu Histórico de Monteiro

Em 1970 a população da cidade de Monteiro, englobando também suas adjacências, era de 26.249 habitantes. Já em 1980 os dados do recenseamento deste ano mostravam a região do cariri, onde se inseria também a cidade de Monteiro, como a maior microrregião do estado e essencialmente rural, 71,72% viviam em fazendas e sítios. A população total do município era de 27.134 habitantes, sendo 11.213 habitantes dos aglomerados urbanos e 15.921 ainda vivendo nas áreas rurais, as maiores do estado. O recenseamento de 1991 indicava a população de Monteiro com 27.036 habitantes e um crescimento de 0,06% ao ano, época em que a região já se era majoritariamente urbana, sendo 14.640 habitantes vivendo na cidade e 12.396 residindo em áreas rurais. Haviam cerca de 4.744 edificações na sede da cidade e 4.242 residências na zona rural do município. Nesse ano, o índice de desenvolvimento humano, que compreende indicadores de renda, educação e saúde, foi de 0,341. A partir do Censo 2000, a população de Monteiro era de 27.687 habitantes, sendo 16.684 vivendo na zona urbana e 11.003 vivendo na zona rural, época em que o grau de urbanização foi de 60,26% e o índice de desenvolvimento humano de 0,452.

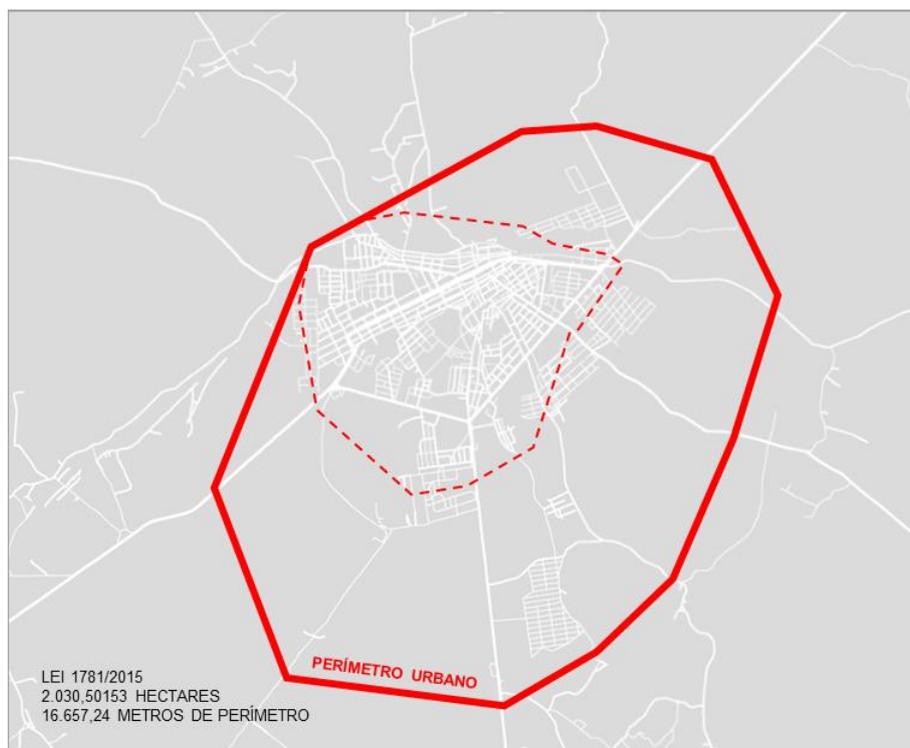
No dia 28 de agosto de 2006 foi instalado na cidade de Monteiro o Campus VI – Centro de Ciência Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, integrante do processo de interiorização da educação superior e em 2008 tiveram início das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, sob o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que consistiu na transposição do Rio São Francisco para o interior do nordeste semiárido como meio de garantir recursos hídricos para as regiões historicamente assoladas pelas secas. Esse projeto mostrou-se essencial para o desenvolvimento social e econômico da região, garantindo meio de estabilidade das águas necessárias à sobrevivência. A partir do Plano de Expansão da Educação Profissional do Governo Federal, foi criado o Instituto Federal da Paraíba – Campus Monteiro, no dia 06 de janeiro de 2009.

O Censo de 2010 mostrou o município de Monteiro com 30.852 habitantes, onde 20.261 vivem na cidade e 10.591 na zona rural. O índice de desenvolvimento humano foi 0,628, e a taxa de escolaridade chegou a 97,5%. A taxa de crescimento anual da cidade foi de 1,09%. Em 10 de março de 2017 foi inaugurado o eixo leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, com cerca de 220 quilômetros de extensão. Em Monteiro as águas do rio São Francisco, vindas de Floresta, e passando por Sertânia, Pernambuco, encontram-se com o Rio Paraíba e chegam ao estado da Paraíba. Em 2021 a cidade de Monteiro inicia seu processo de candidatura ao selo de Cidade Brasileira da Renascença, recebendo o título em 23 de maio de 2022. Segundo dados do Censo 2022, a população atual do município é de 32.277 habitantes.

## CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA

Analisar a cidade espacialmente, através de cartogramas e diagramas, confere uma abordagem detalhada e uma caracterização mais abrangente ao ser possível perceber sua estrutura organizacional, densidades, marcos naturais, padrões de usos e desenvolvimento urbano.

Figura 05: Limite do Perímetro Urbano.



Fonte: Elaborado pelo autor

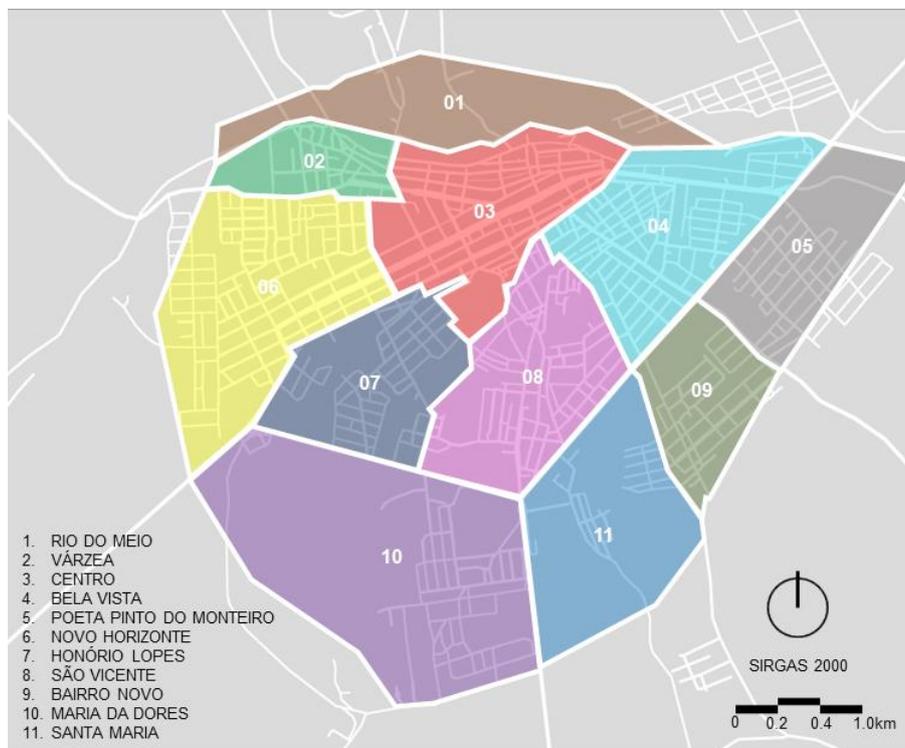
O limite do perímetro urbano (Figura 04) de Monteiro foi definido pela Lei 1.781 de 2015, resultado de uma expansão à sul e sudeste do perímetro urbano definido anteriormente. Esse desequilíbrio territorial levou ao surgimento de fenômenos antes desconhecidos pelo município: *sprawl* urbano, ampliação dos custos de infraestrutura, ampliação dos gastos públicos, baixa eficiência energética, dificuldades de gestão e esvaziamentos do centro. O espraiamento

---

<sup>18</sup> *Sprawl* urbano, também conhecido como "espraiamento urbano", refere-se a um padrão de crescimento urbano caracterizado pelo espalhamento disperso e não planejado das áreas urbanas em direção a regiões suburbanas ou rurais. Esse fenômeno resulta em uma expansão desordenada da cidade, com baixa densidade populacional e ocupação descontínua do solo.

e aprovação de loteamentos em zonas distantes do centro da cidade tem elevado os custos de instalação de infraestrutura, de pessoal, e criado insatisfações dos habitantes com a oferta de serviços, ao mesmo tempo que reduz as áreas agrícolas e de reservas ambientais, impactando negativamente também sobre a sustentabilidade de Monteiro.

Figura 06: Mapa de Bairros.



Fonte: Elaborado pelo autor

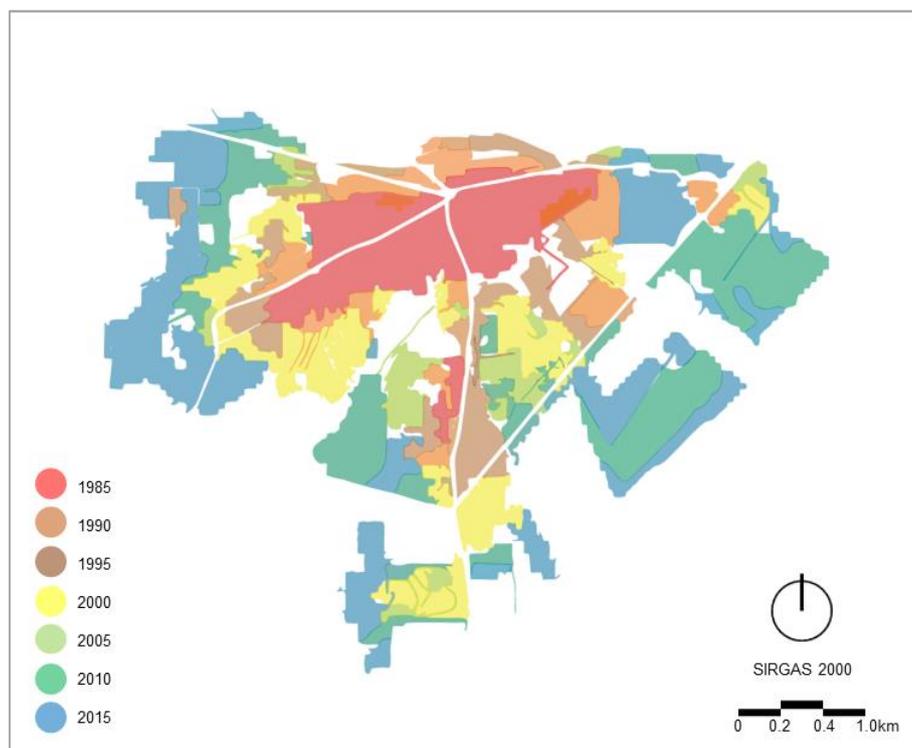
Nesse contexto, a cidade está organizada em 11 bairros (Figura 05) oficiais (Rio do Meio, Várzea, Centro, Bela Vista, Poeta Pinto do Monteiro, Novo Horizonte, Honório Lopes, São Vicente, Bairro Novo, Maria das Dores e Santa Maria) e apresenta um território em conformação de 39 loteamentos regulares em consolidação, dos quais 08 estão em processo de aprovação. Ainda, a região apresenta um grande número de loteamentos irregulares<sup>19</sup> oriundos de desmembramentos particulares e de vendas de terrenos sem documentação de posse, que já estão consolidados e mesclam-se à malha urbana do município

<sup>19</sup> Ver Lei Complementar nº 034/2022 que dispõe sobre a regularização fundiária e urbanística de construções ilegais, assentamentos e loteamentos irregulares e clandestinos, consolidados em núcleos habitacionais situados na zona urbana e de expansão urbana no território do município de Monteiro até a data da expedição desta lei e dá outras providências.

exibindo faltas de serviços, ausência de infraestrutura básica e não cumprimento das normas e índices mínimos de parcelamento do solo. Essas áreas acabam por configurar-se com uma imagética de habitações precárias, marcada por conflitos de terra e problemas sociais, além da ampla dificuldade para a gestão pública planejar sem regularização fundiária.

Conforme supracitado em sua caracterização histórica, a região de Monteiro surgiu a partir do enriquecimento agrário da região e dos percursos dos tropeiros, desenvolvendo-se linearmente através dos caminhos de escoamento das produções, conforme pode ser observado no mapa de crescimento urbano (Figura 06) adaptado de Dos Anjos (2016). Por volta de 1985 a cidade é formada pelo seu núcleo central e por um pequeno agrupamento de vielas afastadas nas margens do que hoje é a Rua Gilverson de Araújo Cordeiro, no bairro São Vicente. A partir do núcleo central, a cidade começou a expandir-se para a região da Rua José Augusto Gomes, próximo ao Cais e barreira de proteção das cheias do Rio Paraíba, ocupação que se mostrou bastante problemática e a região que sofreu grandes enchentes ao longo da história.

Figura 07: Mapa de Crescimento Urbano.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Dos Anjos (2016)

Por volta de 1995 a cidade já havia consolidado sua ocupação adjacente ao centro e ao longo de toda a Rua Gilverson de Araújo Cordeiro, criando as primeiras zonas desconectadas da porção central do território e, por tal, periféricas, com problemas sociais e de infraestrutura. Nos anos seguintes, a cidade passou então a adensar-se às margens da BR-101, onde a oferta de terreno era mais barata e havia uma resposta mais rápida ao crescimento do núcleo urbano. Por volta dos anos 2000 essas áreas estavam consolidadas ao passo que o poder público também passou a destinar terrenos para grandes equipamentos urbanos estruturantes e conjuntos habitacionais. Os anos iniciais do século XXI foram então caracterizados pela expansão para além dos limites viários principais, com a profusão de loteamentos populares de classe média baixa e áreas circundantes à grandes equipamentos urbanos, também exibindo processos tímidos de renovação em escala de cidade pequena e ocupação por uma população de maior poder de capital. Em 2023 o mercado imobiliário segue crescendo, porém sob lógicas de atração como proximidades a grandes equipamentos públicos e comerciais, pavimentação viária e saneamento básico.

Figura 08: Mapa de Cheios e Vazios.



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao observar-se o mapa de cheios e vazios, é possível notar o grande adensamento das áreas centrais mais antigas, mas também o espaço confrontado pelas vias Gilverson de Araújo Cordeiro e BR-101. Nessas regiões, a maioria das casas não apresentam recuos laterais ou frontais. Também é notório o limitador de crescimento conformado pelas margens do Rio Paraíba, na porção norte do mapa. As zonas à sudeste, sul e leste já exibem uma ocupação bastante difusa com muitos terrenos vazios e áreas abertas e sem ocupação. Nessa porção do território as edificações apresentam recuos em pelo menos um lado e lotes de dimensões maiores. No extremo norte encontra-se a ocupação formada pelos Loteamentos Alto da Serra, zona que se expandiu paralelamente ao desenvolvimento do programa Minha Casa Minha vida, por apresentar valor mais baixo da terra em virtude da sua desconexão com o território e localizar-se na região posterior ao rio Paraíba e obras da Transposição. Uma das principais características morfológicas da cidade também pode ser percebida no traçado do seu cartograma<sup>20</sup>, as ruas largas e contínuas que conformam o seu território. Esse tipo de mapa é especialmente útil para entender como a cidade está crescendo, quais áreas estão sujeitas a pressões de desenvolvimento e como os diferentes usos da terra estão interagindo. Além disso, pode ser utilizado para identificar possíveis áreas de preservação, planejar infraestrutura, como estradas e redes de serviços, e tomar medidas para promover um equilíbrio saudável entre o desenvolvimento urbano e a conservação ambiental.

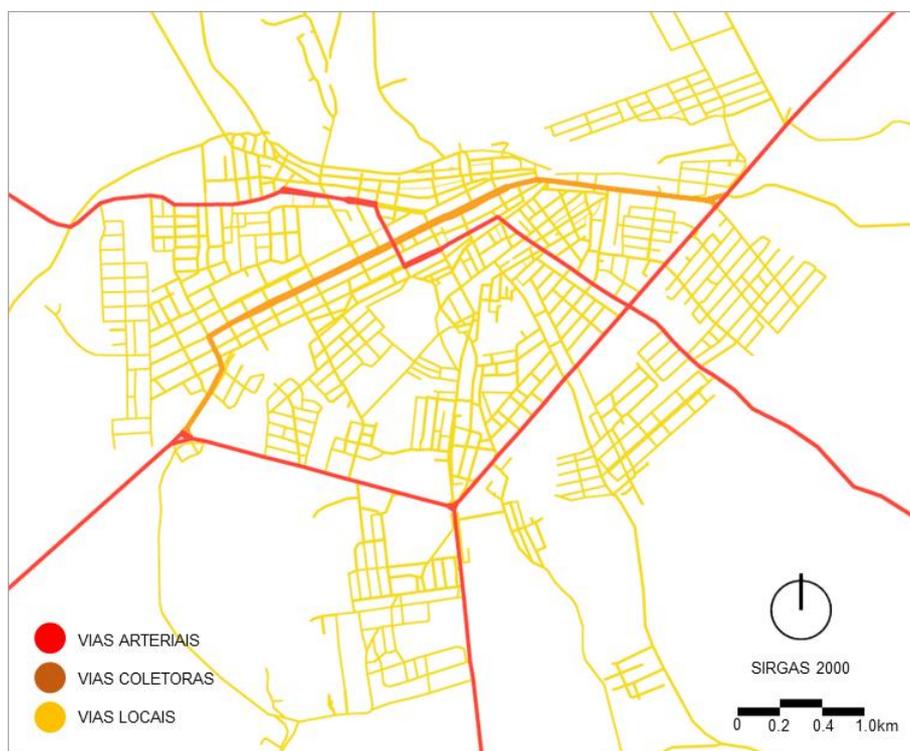
As vias podem ser classificadas de inúmeras formas, e aqui foi elaborado um mapa de hierarquia viária (Figura 08) com a definição das vias de Monteiro em 3 categorias: vias arteriais, vias coletoras e vias locais. A compreensão desses fluxos é essencial para planejamento das redes de infraestrutura, integração socioespacial, acessibilidade e mobilidades urbanas. Vias arteriais compreendem dias de maior fluxo e de alta capacidade, conectando rotas estratégicas que tornem eficientes os deslocamentos. Em Monteiro elas correspondem às BR-101 e BR-412, a PB-264 e ao percurso conformado pela

---

<sup>20</sup> O traçado urbano ortogonal tem suas influências na colonização europeia, com adoção de ideais de organização viária e simétrica do espaço na conformação das primeiras cidades, ampliando sua legibilidade e facilitando a divisão e distribuição de terrenos.

PB-196, Rua Leopoldino José da Silva, Rua Joaquim Romão de Melo e Rua José Torres. São os principais pontos de acesso ao município, bem como suas principais rotas conectadas com as zonas rurais e o centro da cidade. As vias coletoras, intermediárias, coletando o tráfego das áreas adjacentes e arteriais para então deixar a mobilidade mais fluida na cidade. Em Monteiro são as vias Coronel Francisco Cândido, Avenida Olímpio Gomes, Rua Inácio Assis Bezerra e Rua Joventina Rafael Gomes. Conectam os bairros Bela Vista, Centro e Novo Horizonte. As demais vias, demarcadas na cor amarela, correspondem às vias locais, de baixa velocidade e menor porte, servindo de acesso aos lotes e com pavimentação geralmente em paralelepípedos.

Figura 09: Mapa de Hierarquia Viária.

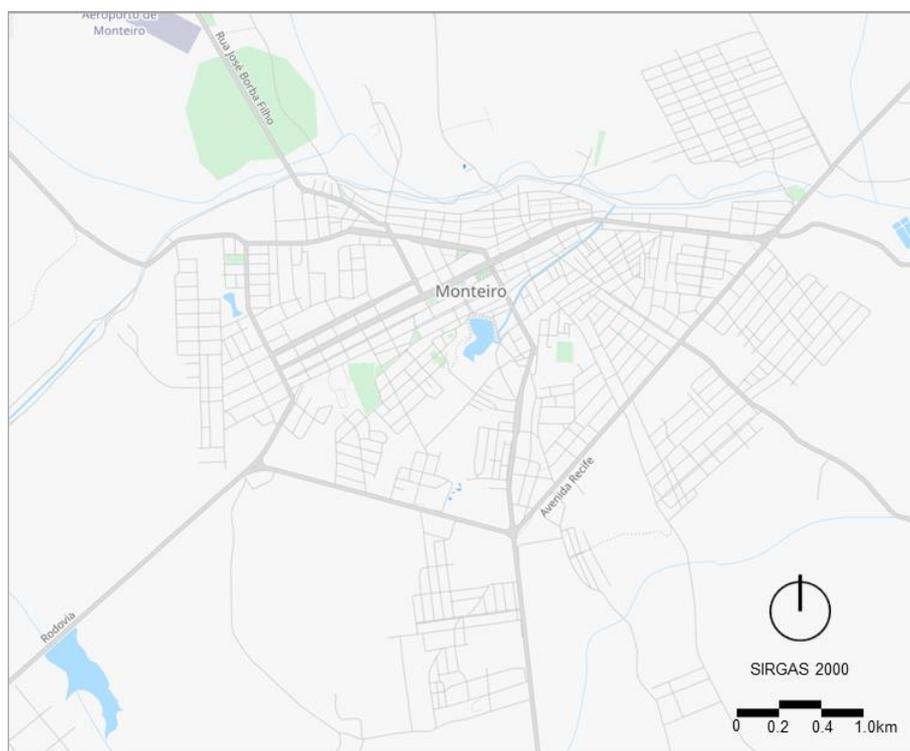


Fonte: Elaborado pelo autor

É possível também observar a carência de espaços livres públicos arborizados ou naturalizados na região urbana de Monteiro (Figura 09), que não possui parques urbanos públicos ou áreas de reflorestamento. Suas principais áreas verdes intraurbanas correspondem à chegada da Transposição e sua naturalização com o Rio Paraíba, as praças João Pessoa e Nilo Feitosa no bairro

Centro, e o entorno do Açude Público. Em um contexto de águas intraurbanas, a cidade apresenta-se marcada pelo eixo Leste de Transposição das águas do Rio São Francisco na sua porção norte, bairro Rio do Meio, o canal de ligação com o Açude Público e seu entorno, no bairro Centro, e as áreas alagáveis do bairro Novo Horizonte. Essa conformação contribui para redução da qualidade de vida e vitalidade urbanas, a partir do momento que não existem espaços naturalizados para manutenção do microclima, espaços de socialização e práticas esportivas, impactando em temperaturas mais elevadas, redução de áreas de drenagem natural, impactos na infância e juventude, desigualdade social e desvalorização espacial.

Figura 10: Mapa de Hierarquia Viária.



Fonte: Elaborado pelo autor através da base OpenStreetMap

A cidade apresenta diversas zonas de usos mistos já consolidadas, especialmente nos bairros do Centro, Novo Horizonte e Bela Vista, além de vias comerciais centrais nos bairros São Vicente, Maria das Dores e Santa Maria, contudo o estudo não produziu mapas de usos do solo, cujas pesquisas e diretrizes foram desenvolvidas através de análises visuais e visitas *i n l o c o*

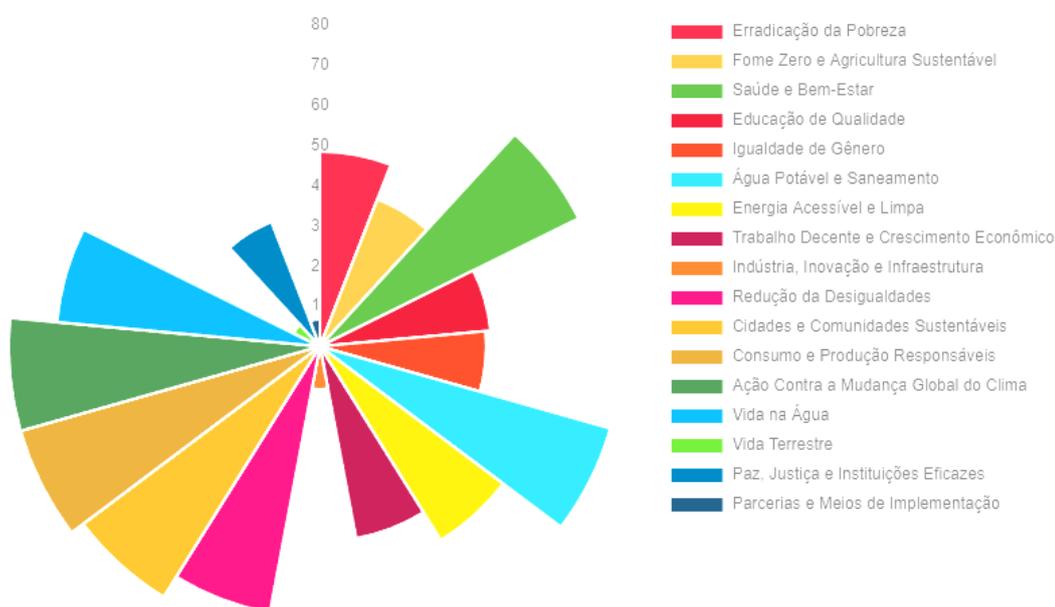
A análise morfológica de Monteiro demonstrou que as lógicas e problemas diferem bastante das realidades metropolitanas, justificando ainda mais a importância de se estudar as cidades pequenas, caracterizadas pelos usos mistos espontâneos, grande número de vias locais, poucas áreas livres intraurbanas, controle total dos equipamentos públicos e ausência de grandes projetos estruturantes. Além disso, há mais segurança e socialização, com proximidades de vizinhança e legibilidade do território, ampliando possibilidades de equidade pela não conformação de grandes disparidades territoriais. É preciso, contudo, atentar aos processos de segregação socioespacial e descontinuidade das malhas construídas, que começam a descrever-se com o acelerado crescimento e influências da intensificação dos anseios capitalistas.

Através desses mapas, pôde-se compreender não apenas a disposição física das áreas urbanas, mas também os aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais que moldam a vida nesse cenário urbano-rural de pequeno porte. A variação na distribuição de zonas residenciais, espaços comerciais, áreas verdes e infraestrutura de transporte ofereceu diretrizes sobre a dinâmica da cidade, enquanto as representações de recursos naturais e densidades, evidenciaram a relação entre o ambiente construído e o ambiente natural. A análise detalhada desses mapas temáticos não apenas garantiu uma caracterização abrangente desse espaço urbano, mas também forneceu um ponto de partida essencial para futuras intervenções e planejamento, orientando o desenvolvimento de maneira sustentável, equitativa e centrada nas necessidades da população.

## CARACTERIZAÇÃO TEMÁTICA: OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil em 2023, Monteiro ocupa a posição 1.727 dentre os municípios do Brasil, com pontuação de 49.51, valor considerado nível baixo<sup>21</sup> de desenvolvimento sustentável. Esse índice corresponde a uma iniciativa do Programa Cidades Sustentáveis, a ser utilizado como mecanismo dentro da gestão pública através de referências e metas com base nos Indicadores do Desenvolvimento Sustentável para facilitar o monitoramento em nível local.

Figura 11: Radar dos ODS – Desempenho por ODS.



Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil

O município apresenta distribuições díspares em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, conforme expressa pelo diagrama acima (Figura 10), onde destacam-se melhores dados para Saúde e Bem Estar (71.45), Água Potável e Saneamento (74.73), Reduzir as Desigualdades (67.57),

<sup>21</sup> A pontuação varia de 0 a 100, onde 100 corresponde ao desempenho ótimo no Cumprimento do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Cidades e Comunidades Sustentáveis (73.47), Produção e Consumo Sustentáveis (77.04), Ação Contra Mudança Global do Clima (77.05) e Proteger a Vida na Água (65.39). Embora os índices para esses indicadores estejam em uma posição considerada alta, ainda existem grandes problemas que acabam por mascarar-se na influência dentro do campo de medição, como tratamento das águas, esgotamento sanitário, energias renováveis e qualidade socioespacial do município<sup>22</sup>.

Nesse sentido, de acordo com o estudo, não houve nenhum nível considerado muito alto (80 - 100 pontos), o trabalho irá analisar os dados mais baixos através de gráficos comparativos da evolução nos últimos 8 anos e inferências com dados coletados do poder público municipal. No ano 2015, início dos estudos e análises, a cidade apresentava um índice de 49.45, apresentado um crescimento modesto nos anos seguintes, chegando a 51.02 no ano de 2022 e caindo para 49.51 em 2023 (Figura 11).

Figura 12: Evolução do índice de Desenvolvimento Sustentável para Monteiro - PB.



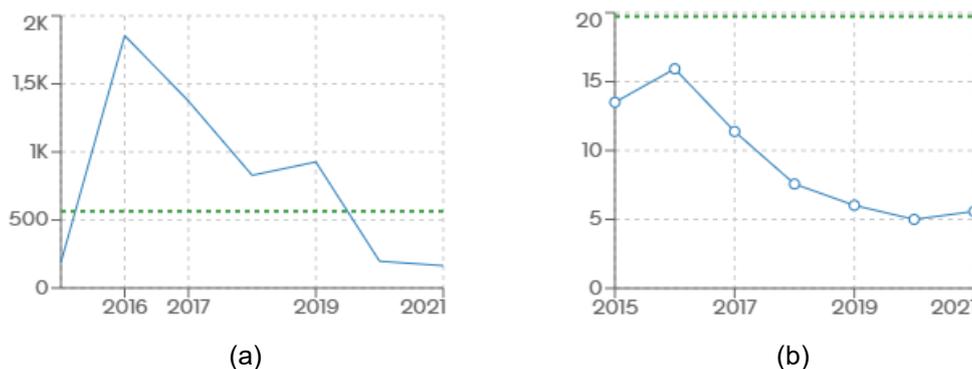
Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil

<sup>22</sup> É importante observar que, embora o IDS seja um indicador valioso para avaliar o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, ele também tem sido alvo de críticas. Alguns argumentam que ainda existe um foco desproporcional na dimensão econômica, e que a inclusão de indicadores ambientais e sociais não é suficiente para capturar a complexidade da sustentabilidade.

Dentre os índices supracitados, o mais baixo é o índice de Parcerias e Meios de Implementação, que corresponde a apenas 6.74 em 2023 e é composto pelo investimento público e pelo total de receitas municipais arrecadadas. O período de investimento per capita mais alto aconteceu em 2016, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, que correspondia a R\$ 1.854,61, período em que a região recebia grandes investimentos pelo desenvolvimento das obras de Transposição do Rio São Francisco – Eixo Leste, chegando a apenas R\$ 164,61 em 2021, último período de dado disponível.

No contexto de desenvolvimento sustentável, os meios de implementação se referem aos recursos, estratégias e abordagens empregadas para transformar planos em ações tangíveis e impactantes. Através de parcerias estratégicas entre governos, setor privado, organizações não governamentais e comunidades locais, é possível mobilizar conhecimento, habilidades e financiamento para atingir objetivos compartilhados.

Figura 13: Gráfico de Investimento Público (a) e Gráfico do Total de Receitas Arrecadadas (b).



(b) Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil

Associado ao investimento público, o Total de Receitas Municipais Arrecadadas também compõe o ODS 17 – Parceiros e Meios de Implementação, cuja porcentagem de receitas propriamente municipais arrecadadas sobre o total de receitas do município foi de 5.58%, nível baixo ao se comparar com os 15.93% em 2016. Outro índice considerado extremamente baixo, é o de Proteção a Vida Terrestre, que corresponde a 7.31 no município, embora tenha crescido em relação a 2015 que era de apenas 1.97. Esse índice é medido pela taxa de áreas

florestais naturais por habitantes, que segundo dados do MapBiomass, é de 2.97 em 2020, taxa que vem se mantendo estável desde 2015. Associado a esse dato, inexistem no município, de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável bem como são insuficientes os instrumentos de gestão e financiamento da proteção ambiental. Segundo dados do IBGE (2023), embora o município possua Secretaria de Meio Ambiente, não possui Conselho Municipal de Meio Ambiente e não participa de nenhum consórcio regional acerca de questões ambientais, cujos recursos ambientais foram destinados apenas para financiamento a fundo perdido e a legislação ambiental resume-se a capítulo da Lei Orgânica do Município, publicada em 5 de abril de 1990, em sua Política do Meio Ambiente:

Art. 142 - O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à qualidade de vida.

Art. 143 - É proibida a instalação de estabelecimentos industriais que utilizem equipamentos a vapor, no perímetro urbano.

Art. 144 - O Município deverá definir área própria, localizada a distância nunca inferior a 1.000 metros do final do perímetro urbano, para instalação do seu Parque Industrial e Distrito Mecânico e/ou qualquer tipo de unidade fabril. Parágrafo Único - A instalação de unidade fabril comprovadamente poluente será possível somente a distância nunca inferior a 6(seis) quilômetros do final do perímetro urbano.

Art. 145 - O Município, ao promover a ordenação do seu território, definirá zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais.

Art. 146 - Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização, o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental, emanada da União e do Estado.

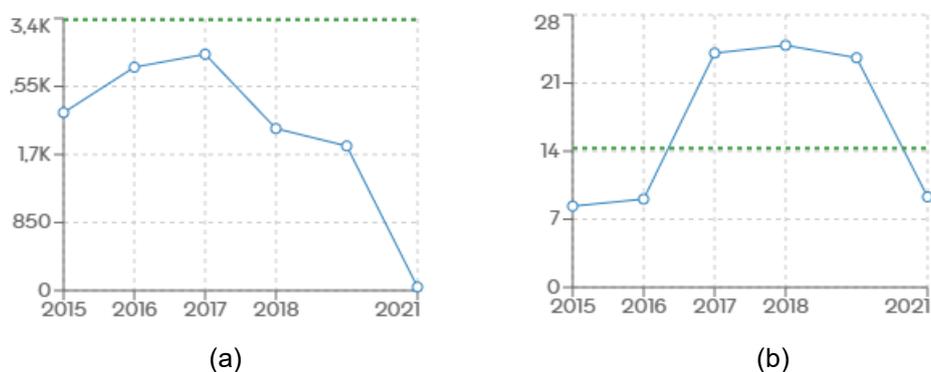
Art. 147 - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou permissão pelo Município.

Art. 148 - As empresas concessionárias de serviços de distribuição de água e rede de esgotos que deixarem de obedecer a critérios técnicos e de saúde pública para tratamento d'água e destinação de resíduos, serão pelo Município acionadas juridicamente pela infração, devendo ressarcir os danos causados à saúde da população e ao meio ambiente. (LEI ORGÂNICA, 1990)

Para o ODS de Indústria, Inovação e Infraestrutura, a cidade de Monteiro teve uma queda brusca, chegando ao índice de 10.75 para o ano de 2023 com 44.55 de investimento público em infraestrutura urbana por habitante, valor que correspondia a R\$ 2.952,35 por habitante em 2017 e caiu para apenas R\$ 44,55

em 2021 de acordo com dados do SICONFI. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais, que corresponde ao relatório de vínculos empregatícios solicitado pelo Ministério do Trabalho, em 2021 apenas 9.30% da população de Monteiro possuía empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia. Igualmente, segundo dados do IBGE (2023), a taxa de população ocupada formalmente é de 10,6% com cerca de 3.621 habitantes em empregos formais com uma renda média mensal de 1,8 salários mínimos. Esse dado pode ser analisado como baixo em virtude de a economia do município ser baseada no comércio local e no meio rural, com grande número de atividades informais, empreendedorismo e subempregos associados ao assistencialismo público.

Figura 14: Gráfico de Investimento Público em Infraestrutura (a) e Gráfico de Empregos Formais (b).



Fonte: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil

Ao se considerar o ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, o índice municipal é de 33.24 em 2023, com redução em relação à 2022 que era de 60.6. Em 2021 a taxa de homicídios foi de 23.78 segundo dados de óbitos por causas Externas do SUS, dado em que deve-se considerar a cidade como pólo regional de atendimentos de casos mais graves e crimes com Delegacia Regional que atende 110 mil habitantes de 18 municípios da região. Além disso, é considerado médio o grau da estrutura política de controle interno e combate a corrupção, o grau de estruturação das políticas de participação e promoção de direitos humanos e o grau de estruturação das políticas de transparências, todos sem iniciativas expressivas ou inovadoras de estruturação. Para o objetivo de Fome zero e agricultura sustentável, o município teve uma queda modesta, ficando em

39.36 em 2023. O dado leva em consideração a obesidade infantil que em 2022 foi de 6,54% segundo dados do Sistema Único de Saúde, considerando as crianças com idade entre 0 e 5 anos, e o baixo peso ao nascer, que em 2021 foi de 4.14% para crianças nascidas vivas com menos de 2.499g segundo classificação da Organização Mundial de Saúde, e a taxa de desnutrição infantil que teve um aumento de 2.67% em 2015 para 8.97% em 2021, fato que pode ter sido agravado pela situação pandêmica do período, embora tenham-se adotado medidas mitigadoras como a distribuição de alimentos aos alunos em idade escolar pela Secretaria Municipal de Educação do Município. Além disso, o índice considera os produtores de agricultura familiar com apoio do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que correspondiam a 64.72% segundo dados do IBGE (2017) e de apenas 1.31% de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica.

Outro índice que apresenta-se baixo no município de Monteiro é o relacionado à Igualdade de Gênero, 41.13, considerando-se que em 2010 cerca de 33.14% das mulheres jovens de 15-24 anos não estudavam nem trabalhavam, apenas 15.39% de mulheres na Câmara de Vereadores (02 vereadoras), salários desiguais (taxa de 0.75 segundo dados do Censo do IBGE de 2010), havendo ainda uma diferença de 18.51% em relação à quantidade de homens em empregos formais, mas em 2021 a taxa de feminicídio permaneceu zerada segundo dados do Sistema Único de Saúde, resultado de políticas públicas implementadas nos últimos anos.

O índice de Educação de qualidade para o Município corresponde a 42.39 e segundo dados do IBGE (2011) a taxa de escolarização de 6-14 anos é de 97.5% com índice de Desenvolvimento da Educação Básica anos iniciais de 5.8 e anos finais de 4.7, e 19 escolas de ensino fundamental e escolas de ensino médio que abrigam 358 professores e 6.200 alunos matriculados segundo dados do IBGE (2021). O quantitativo de escolas ainda não foi atualizado para os dados reais. Para esse objetivo, o município ainda apresenta déficit extremamente baixo no que compreende a quantidade de alunos com ensino médio concluído até 19 anos, de apenas 16.96% e 27.38% de taxa de analfabetismo (Censo, 2010) para população com 15 anos ou mais.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável para Erradicação da Pobreza, apresenta índice de 48.55 no ano de 2023, com queda de cerca de 2 pontos desde 2015, cujos dados compreendem 9.78% da população residente com até 1/4 do salário mínimo e 86.31% da população com renda per capita de até meio salário mínimo. Além disso, em agosto de 2023, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Município de Monteiro teve 6.967 famílias atendidas pelo programa Bolsa Família<sup>23</sup>, beneficiando 16.793 pessoas, através de um benefício médio de R\$ 678,78. O Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal tem 11.264 famílias cadastradas e apresenta uma cobertura de acompanhamento de 74.6% na educação, 86.0% na saúde e uma taxa de atualização cadastral de 90.4%.

Para o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, o município de Monteiro apresentou índice de 48.68 em 2023, valor que correspondia a 54.32% em 2015. Segundo dados do IBGE (2023), o Produto Interno Bruto – PIB per capita do município em 2020 foi de R\$ 17.272,04, que corresponde ao 3.151º dentre os municípios do país e o 18º do estado da Paraíba. Os dados econômicos para o município carecem de análise mais profunda em virtude do grande número de atividades agropecuárias e empregos informais da economia local.

---

<sup>23</sup> O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

## METODOLOGIA E DIRETRIZES: SISTEMATIZAÇÃO A PARTIR DOS MOVIMENTOS DO URBANISMO CONTEMPORÂNEO

Compreender e planejar para o urbano exige antes de tudo a adoção de estratégias coerentes, a pesquisa participativa e a análise detalhada de dados e resultados frente às propostas de intervenções e planos. Nesse âmbito, a metodologia consistiu na compreensão dos dados existentes acerca do município através de uma caracterização a partir da junção de dados estatísticos, dados empíricos e levantamento de campo junto aos órgãos municipais, associando-as aos principais mecanismos e estratégias do urbanismo contemporâneo passíveis de serem aplicados em cidades como Monteiro. Aqui, a partir de uma análise empírica e subjetiva da caracterização múltipla do município, discorrem-se diretrizes projetuais e de intervenções para a cidade de Monteiro, considerando suas preexistências e suas configurações como cidade de pequeno porte e de interior dentro dos principais movimentos contemporâneos de intervenção urbana.

Para a sistematização, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Muniz e Somekh (2018, p. 227-228) de categorização dos princípios dos movimentos do urbanismo contemporâneo<sup>24</sup>: compacidade, mobilidade, espaço público e área verde, diversidade urbana e expressão arquitetônica, atividades sociais e políticas, tecnologias (Tabela 01).

Tabela 01: Sistematização de categorização dos princípios dos movimentos do urbanismo contemporâneo

Princípios e Categorias	Movimentos Urbanos				
	CC	NU	SG	EcoB	SC
<b>Itens relacionados à Compacidade</b>					
Uso misto e diversidade: morar, trabalhar, consumir e recrear dividindo uma mesma zona;	X	X	X	X	X
Aumento da densidade: mais pessoas em um espaço com menor projeção;	X	X	X		X
<b>Itens relacionados à Mobilidade</b>					
Facilidade para pedestres: simplificação de caminhos e acessos aos meios de transporte;	X	X	X	X	X
Conectividade: interação das cidades/bairros com o restante da cidade, com transporte público e outras alternativas;	X	X	X	X	X

<sup>24</sup> CC - Cidades Compactas, NU - *New Urbanism*, SG - *Smart Growth*, EcoB - Eco Bairros e SC - *Smart Cities*.

Transporte público ambientalmente adequado: que não interfira diretamente no trânsito, não prejudicando o fluxo deste;	X	X	X	X	X
<b>Itens relacionados ao Espaço Público e Área verde</b>					
Preservação do espaço livre, agrícola e natural, encontrando formas de compensação que controlem a especulação;				X	
Aumento de áreas verdes e espaços de integração	X	X	X	X	X
<b>Itens relacionados a diversidade urbana e expressão arquitetônica</b>					
Diversificação das moradias, promovendo a interação de diferentes classes sociais e idades;	X	X	X	X	X
Qualidade do projeto arquitetônico e urbanístico;		X			
Estrutura de um bairro tradicional: estruturar os bairros com quadras tradicionais, projetos de vizinhança para pedestres;	X	X	X	X	X
Qualidade de vida: visar sempre bem-estar social dos usuários.	X	X	X	X	X
Desenvolver um sentido de “lugar” e identidade;	X	X	X	X	
Promover o desenvolvimento de “Comunidades” de vizinhança;	X	X	X	X	X
<b>Itens relacionados a eficiência no uso dos recursos naturais</b>					
Princípios sustentáveis, como reutilização de águas pluviais, de resíduos, iluminação solar, etc;	X		X	X	X
Apoiar a agricultura local, projetos ecológicos urbanos e jardinagem comunitária;	X		X	X	X
Promover a reciclagem, tecnologias inovadoras apropriadas, e a conservação de recursos;	X		X	X	X
<b>Itens relacionados a atividades sociais e políticas</b>					
Desenvolver um conhecimento aprofundado sobre os temas e problemas locais e incluir análises de custo-benefício;		X	X	X	X
Encorajar os habitantes e os agentes a participarem no processo.	X	X	X	X	X
Promover a simplicidade voluntária e estilos de vida frugais e desencorajar o consumo excessivo de bens materiais;	X			X	
Aumentar a consciência sobre o ambiente local através do ativismo e de projetos educacionais que aumentem a consciência ecológica;	X			X	
Trabalhar com empresas para apoiar uma atividade econômica ecológica ao desencorajar a poluição e a produção de resíduos;	X			X	X
<b>Itens relacionados a Tecnologias</b>					
Capacidade intelectual da criação, inovação e invenção para novas comunidades;	X	X	X		X
Inovação e ferramentas tecnológicas em favorecimento ao planejamento urbano;	X	X	X		X
Oferta e disponibilidade de infraestrutura para comunicação dos indivíduos dessa comunidade;	X	X	X		X

Fonte: Muniz e Somekh (2018, p. 227-228).

## TEMAS RELACIONADOS À COMPACIDADE

O município de Monteiro tem seu perímetro urbano delimitado em uma área de 20,3050153 km<sup>2</sup> e perímetro de 16.657,24 metros. Dessa totalidade, apenas 7,34 km<sup>2</sup> são urbanizados, segundo dados do IBGE (2023), demonstrando que há uma grande disparidade entre a área urbana e sua

ocupação, com tendências de crescimento disperso e maiores exigências de infraestrutura, uma vez que a taxa de urbanização de vias públicas é de apenas 0.8%. A cidade apresenta um zoneamento pouco diverso, concentrando o uso comercial em algumas vias principais do Bairro Centro: Avenida Olímpio Gomes, Rua Gilverson de Araújo Cordeiro e Rua Presidente Getúlio Vargas. Contudo, o crescimento comercial dos últimos anos tem contribuído para a intensificação de zonas comerciais mistas em outros bairros como Honório Lopes, Várzea, São Vicente, Bela Vista e Novo Horizonte, enquanto os demais bairros (Maria das Dores, Rio do Meio, Bairro Novo, Poeta Pinto do Monteiro, Santa Maria e Loteamento Alto da Serra) permanecem com pouca ou quase nenhuma zona comercial, reduzindo movimentos e autonomia local nessas regiões. O município apresenta duas zonas especiais: Açude Público e a nascente do Rio Paraíba. Além disso, o coeficiente de aproveitamento é constante e corresponde a 1.8, com exceção da zona não-adensável que apresenta coeficiente 1.

Além das zonas comerciais a cidade apresenta 13 praças, das quais apenas 04 possuem equipamentos de uso esportivo, 03 academias públicas da saúde e 14 Unidades Básicas de Saúde, 01 Hospital Regional e 01 Unidade de Pronto Atendimento. Os espaços para recrear são reduzidos, com inexistência de parques públicos, jardins ou reservas naturais.

#### **1. Uso misto e diversidade: morar, trabalhar, consumir e recrear dividindo uma mesma zona.**

Aproximação das moradias dos lugares de trabalho e de comércio, incentivando crescimento e usos mistos em zonas residenciais com centralidades comerciais e de serviços nas vias em crescimento: Rua Ednaldo Aleixo, BR 412, Rua Doutor Deocleciano Pereira de Lima, Rua Epaminondas Azevedo, Rua Sizenando Rafael, Rua Coronel Francisco Cândido, Rua Prefeito Ageu de Castro, Rua Severino Ramos de Vasconcelos, Rua Inocêncio Lopes de Almeida, Avenida José Galdino da Silva, Rua Inácio Assis Bezerra e Rua José Torres;

Parcerias público-privadas na construção de equipamentos públicos estruturantes: Parque de Eventos Dejinha de Monteiro, Matadouro Público

Municipal, Manutenção das Praças Públicas e arborização intensa, Manutenção do Estádio de Futebol O Feitosão, Construção de Aterro Sanitário, Gestão da Transposição do Rio São Francisco – Eixo Leste, Terminal Rodoviário de Passageiros, Centro Cultural e Museu do Cariri, Centro de Artesanato, entre outros;

Incentivo à instalação de empresas e indústrias com a criação de Polo Industrial nos arredores do bairro Maria das Dores, em virtude da conexão viária com os municípios circunvizinhos e proximidade com o Terminal Rodoviário em construção;

Instauração de IPTU Progressivo<sup>25</sup> para terrenos do Distrito dos Mecânicos – Bairro Maria das Dores e demais terrenos dos bairros Centro, Novo Horizonte e Bela Vista;

Incentivo à ocupação de imóveis desocupados nas áreas centrais com mecanismos de controle e aluguel social;

Estruturação de áreas públicas destinadas a praças e equipamentos nos bairros onde não existem espaços públicos qualificados (Bairro Novo, Santa Maria, Maria das Dores e Rio do Meio);

Prever áreas para equipamentos escolares e de saúde nos bairros que ainda não possuem: Honório Lopes, Maria das Dores, Poeta Pinto do Monteiro e Bairro Novo.

## **2. Aumento da densidade: mais pessoas em um espaço com menor projeção;**

---

<sup>25</sup> O IPTU Progressivo é uma ferramenta utilizada pelo poder público municipal para incentivar o uso eficiente do solo urbano e combater a especulação imobiliária onde o governo municipal estabelece alíquotas progressivas de IPTU com base no uso e aproveitamento do solo urbano.

Ampliação dos índices de aproveitamento presentes na legislação em vigor nas zonas centrais (1,8 é o índice comum do Plano Diretor) e controlar a verticalização, especialmente em áreas de infraestrutura deficiente, de patrimônio histórico e de preservação;

Estimular empreendimentos e ocupações de usos misto, que unam em um mesmo lote funções distintas, especialmente nas áreas de expansão e nos 39 novos loteamentos do município;

Restringir a área construída de garagem, de forma a desestimular o aumento excessivo da frota de veículos automotivos, que no município já é de 12.048 (IBGE, 2023);

Estimular a verticalização consciente nas zonas de expansão de forma que se amplie o aproveitamento do solo nessas áreas e evite-se novos espraiamentos, especialmente nos bairros Bairro Novo, Poeta Pinto do Monteiro, Santa Maria e Maria das Dores, considerando impactos ambientais e de conforto térmico.

## **TEMAS RELACIONADOS À MOBILIDADE**

O município de Monteiro tem, segundo dados do IBGE (2023), uma frota de 12.048 veículos automotores registrados, dos quais 3.916 são identificados como automóveis, 1.680 podem classificar-se como caminhões, 5.986 ciclomotores e motocicletas, 171 classificados como ônibus e micro-ônibus, e 295 outros tipos de utilitários como reboques, triciclos entre outros. A frota evidencia o grande número de motocicletas no município, em especial pela facilidade e rapidez de transporte em conexão com a zona rural, meio que amplia bastante a emissão de poluentes, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Públicos - ANTP (2003), sua emissão de poluentes é quase o dobro da registrada por veículos automotores. Além disso, em média, acaba por emitir cerca de 32 vezes mais poluentes por passageiro do que um ônibus, um custo de 3.9 maior e ocupando uma área 4.2 vezes maior por passageiro do que a

área ocupada por um ônibus. Ainda no âmbito dos transportes, a cidade apresentou um crescimento do transporte cicloativo nos últimos anos que, embora tenha se desenvolvido num âmbito recreacional e esportivo, a partir de incentivos e infraestrutura adequada poderiam converter-se em soluções de mobilidade urbana mais sustentáveis para o município. O uso de bicicletas, comum e acessível tanto na zona rural como na zona urbana, encontra na ausência de ciclovias e ciclofaixas, na falta de segurança e sinalização, e na ausência de arborização e sombreamento seus maiores empecilhos de intensificação.

Além dos veículos, a expansão urbana e entraves viários tem criado segregações espaciais no município. Em virtude do acelerado crescimento ao sul e sudeste, os limites configurados pelas BR-110 e BR-412 tem se tornado elementos segregadores de bairros e conseqüentemente zonas de baixa conexão física e identitária com o restante da cidade, especialmente quando a sinalização e mecanismos de permeabilidade urbana para pedestres é deficiente ou inexistente. Há pouca sinalização e os fluxos intraurbanos já não alcançam as rápidas transformações da cidade nos últimos tempos, convertendo-se em problemas de segurança e saúde públicas. Também se faz necessário configurar e qualificar a horizontalidade do limite marcado pelo Eixo Leste de Transposição do Rio São Francisco, que ocupa papel de elemento segregador socioambiental para as edificações dos Loteamentos Alto da Serra<sup>26</sup>.

### **1. Facilidade para pedestres: simplificação de caminhos e acessos aos meios de transporte;**

Redução das áreas de estacionamento nas vias arteriais, especialmente na Avenida Olímpio Gomes, Coronel Francisco Cândido, Gilverson de Araújo Cordeiro, Epaminondas Azevedo e Doutor Deocleciano Pereira de Lima, como meio de ampliar a circulação através de meios de transporte ativos;

---

<sup>26</sup> Loteamentos alto da Serra I e Alto da Serra II compreenderam as áreas de maior adensamento do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida.

Instalação de áreas de estacionamento em vias locais e próximas aos lotes, propondo-se em novos loteamentos a utilização de estacionamentos apenas em um lado da via, com ampliação das áreas de circulação de pedestres e acessibilidade universal;

Melhoria das conexões para pedestres nas vias arteriais e coletoras, com faixas em nível e sinalização de comando, especialmente nas vias Avenida Olímpio Gomes, Coronel Francisco Cândido, Gilverson de Araújo Cordeiro, Epaminondas Azevedo e Doutor Deocleciano Pereira de Lima, BR-110 e BR-412;

Garantia de continuidade dos passeios públicos e atendimento as normas de acessibilidade universal em todas as vias da cidade, especialmente nas vias centrais e estruturantes como Avenida Olímpio Gomes, Coronel Francisco Cândido, Gilverson de Araújo Cordeiro, Epaminondas Azevedo e Doutor Deocleciano Pereira de Lima;

Ampliação da pavimentação urbana, especialmente nos bairros Novo Horizonte, Santa Maria e Bairro Novo, e recuperação contínua das estradas rurais;

Previsão e organização dos fluxos e entornos dos grandes equipamentos existentes: Prefeitura, Parque de Eventos, Centro Histórico, Estádio de Futebol, Universidade e Instituto Federal, Parque de Exposições, Canteiro Central, Mercado e Feira Livre, Hospital, Cemitério, Unidade de Pronto Atendimento, Transposição do Rio São Francisco;

Semáforos inteligentes com dispositivos que monitorem o tráfego e permitam acionamento direto dos transeuntes, especialmente na BR-110 e BR-412.

## **2. Conectividade: interação das cidades/bairros com o restante da cidade, com transporte público e outras alternativas;**

Melhoria de acessos e sinalização das centralidades rurais e assentamentos agrários;

Construção de passagens molhadas e pontes na zona rural que garantam conectividade frente às intempéries;

Instalação de sistema de bicicletas compartilhadas em pontos da Avenida Olímpio Gomes;

Instalação de sistema unificado de transporte público que percorra as principais vias arteriais do município para evitar a utilização de automóveis e reduzir a emissão de poluentes;

Criação de eixos de ciclovias arborizadas tomando partido da topografia essencialmente plana do município e das calçadas e canteiros existentes na Avenida Olímpio Gomes, Rua Gilverson de Araújo Cordeiro e Rua José Torres;

Instalação de acesso em nível e semáforos inteligentes ao longo da BR 412 em conexão com os bairros em expansão Bairro Novo, Maria das Dores, Santa Maria e Poeta Pinto do Monteiro.

### **3. Transporte público ambientalmente adequado: que não interfira diretamente no trânsito, não prejudicando o fluxo deste;**

Instalação de Estacionamento Rotativo (Zona Azul<sup>27</sup>) nas vias arteriais e coletoras, com destinação dos recursos para manutenção de ciclovias e passeios públicos;

Instalação de pontos de espera e estacionamento para transportes ativos associado aos pontos para motocicletas, com possibilidades de via exclusiva de

---

<sup>27</sup> Zona Azul é um termo frequentemente usado para se referir a áreas de estacionamento regulamentado em algumas cidades. Também conhecido como estacionamento rotativo, a Zona Azul é um sistema onde os motoristas podem estacionar seus veículos em espaços públicos por um tempo limitado, normalmente algumas horas, mediante o pagamento de uma taxa.

acesso especialmente na Avenida Olímpio Gomes e Rua Gilverson de Araújo Cordeiro;

Legislação de apoio aos serviços de mototáxi, visto que a cidade ainda não dispõe de sistema de transporte público, com instalação de pontos de espera adequados e confortáveis;

Parcerias público-privadas de serviços de transporte das zonas rurais, com a criação de eixos de transporte e conexão organizados;

Estímulo ao transporte ativo, utilizado como lazer, como meio de facilitar percursos e reduzir a emissão de poluentes advindos dos combustíveis fósseis;

Otimização do uso da Frota Pública Municipal<sup>28</sup> de veículos automotores, composta por 27 ônibus e mais 120 veículos automotores entre carros, caminhões e máquinas, de forma unificada, garantindo menos viagens e maior eficiência.

## **TEMAS RELACIONADOS AO ESPAÇO PÚBLICO E ÁREA VERDE**

Segundo o artigo 5º da Lei 023/2013, que estabelece as normas e parâmetros para parcelamento e uso do solo urbano de Monteiro, o “percentual destinado a áreas verdes é de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da gleba a ser loteada”. Embora definido por lei, ainda se ampliam aí as áreas de proteção permanente existentes dentro de loteamentos novos, porém não existe controle e legislação específica que trate sobre as áreas já consolidadas e seus espaços livres públicos ou espaços de manejos rurais. Consequentemente, por ser o maior município do estado em extensão territorial, acaba por configurar-se também

---

<sup>28</sup> Frota veicular de Monteiro: educação – 27 ônibus e 45 veículos automotores; saúde - 45 veículos automotores; agricultura - 12 veículos automotores; infraestrutura - 11 veículos automotores; desenvolvimento social – 07 veículos automotores; serviço municipal de trânsito – 01 veículo automotor e 02 ciclomotores; gabinete – 01 veículo automotor.

como a maior zona rural do estado, sem instrumentos de proteção específicos e incentivos à manutenção da sua biodiversidade e características naturais.

Ao tratar do ambiente urbano a cidade não possui parque público ou sistema de espaços verdes, acompanhado pelo processo de impermeabilização das zonas centrais nos últimos quatro anos através de parcerias com o Governo do Estado da Paraíba<sup>29</sup> e impermeabilização dos canteiros centrais no ano de 2023. A inexistência de um sistema de espaços verdes e zonas de escoamento torna-se um problema de saúde pública, qualidade de vida e drenagem urbana, conforme afirma Carvalheiro e Del Picchia:

Os espaços livres desempenham basicamente papel ecológico, no amplo sentido, de integrador de espaços diferentes, baseando-se, tanto no enfoque estético, como ecológico e de oferta de áreas para o desempenho de lazer ao ar livre. (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992, p. 31).

Considera-se, contudo, que há uma necessidade constante de manutenção e projeto de cidade que estabeleça parâmetros de construção e ampliação de parques urbanos, praças e arborização urbana no município de Monteiro. Compreender e priorizar esses espaços é parte componente da construção de melhorias da qualidade ambiental, de saúde pública e socioespacial.

### **1. Preservação do espaço livre, agrícola e natural, encontrando formas de compensação que controlem a especulação;**

Estímulos à agricultura familiar que incluam disponibilização de recursos e formação continuada do público alvo na zona rural;

Instauração de política controladora do uso de agrotóxicos na plantação e incentivo ao cultivo orgânico;

---

<sup>29</sup> Programa de Travessias Urbanas em asfalto com recursos oriundos do tesouro estadual por meio do Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

Recuperação florestal em zonas desmatadas para pecuária ou em áreas improdutivas de grandes fazendas;

Instauração de legislação restritiva e fiscalização nas ocupações das áreas de proteção natural que incluem: Açude Público, Canal Público e Transposição das águas do Rio São Francisco – Eixo Leste, Rua do cais do Rio Paraíba;

Implantação de cláusulas de Mecanismos Ambientais dentro dos processos licitatórios para adquirir insumos, construção de obras e aquisição de recursos em empresas e consórcios que comprovem ser ambientalmente responsáveis;

Instalar programa de descarbonização<sup>30</sup> da frota municipal de veículos públicos.

## **2. Aumento de áreas verdes e espaços de integração**

Instauração do Parque Público Natural Dejinha de Monteiro<sup>31</sup>, entorno do açude público municipal;

Recuperação das áreas de córrego natural do Rio Paraíba com suas margens e zonas de influência;

Instalação de pisos drenantes nos canteiros centrais e zonas ajardinadas da cidade;

Promoção de programa de plantio de árvores nas vias públicas com espécies adequadas e que subvertam a lógica atual de desmatamento em virtude das interferências provocadas pelas raízes das árvores urbanas e pavimentos;

---

<sup>30</sup> Utilizar biocombustíveis, como o biodiesel ou o etanol, que são produzidos a partir de fontes renováveis e podem ter menores emissões de gases de efeito estufa em comparação aos combustíveis fósseis.

<sup>31</sup> Entorno do Açude Público Municipal.

Promoção de descontos do IPTU para empresas que tenham boas práticas de manejo e preservação ambiental, especialmente com aquisição de recursos naturais e manejo dos resíduos sólidos.

## **TEMAS RELACIONADOS A DIVERSIDADE URBANA E EXPRESSÃO ARQUITETÔNICA**

Diversidade urbana é um aspecto intrínseco à cidade contemporânea, embora existam cidades que se destacam ou estabelecem centralidades por algum aspecto singular do seu território, todo espaço urbano apresenta um certo grau de diversidade de expressões arquitetônicas. A configuração e conformação da diversidade na relação entre espaço vazio e construído na forma urbana é condição vital para interação dos diferentes grupos sociais nas cidades.

Ao se tratar as cidades do interior exibem-se características de resistência e multiplicidade, oportunidades e carências que criam meios dissidentes de se construir uma realidade e inserir-se nela. Em Monteiro se faz essencial compreender que relações se estabelecem em um urbano que, embora dividido em bairros, enxergue-se apenas dentro de uma dicotomia de centro e periferia, ao mesmo tempo que se busca interagir as feições de uma periferia que o é por limites físicos muito mais do que amplas disparidades socioeconômicas. As cidades do interior exibem relações de grupo e identitárias fortes e complexas.

Em outros aspectos, essa diversidade de usos e de desenho urbano precisa associar-se a bons projetos arquitetônicos e estruturantes, de forma que induzam novos usos e qualifiquem os usos espontâneos a partir de uma relação de proximidade com o lugar, onde talvez para o interior, essa arquitetura ou a produção edificada precise ainda mais refletir uma construção endógena e não exógena de saberes-fazer.

Por fim, a cidade não se desenvolve sem se conhecer, nesse sentido há também que se fazer manter e crescer o senso de singularidade local coletiva, de identidade municipal e de pertencimento. Conhecer a sua história, salvaguardar seu patrimônio material e imaterial, aqui em Monteiro as

expressões arquitetônicas ecléticas do interior da Paraíba, que refletiam os anseios de uma sociedade que se modernizava ao passo das capitais, “um patrimônio da cultura popular brasileira: mecanismo espontâneo de sobrevivência cultural adaptativa, mescla de tradições e memórias multiétnicas com incorporações incessantes de formas novas [...]” (MARIANI, 1987, p. 234). Identidade também sustentada pelo viés da música, da poesia, dos sons rupestres de instrumentos simples e do artesanato em renda e couro.

### **1. Diversificação das moradias, promovendo a interação de diferentes classes sociais e idades;**

Instaurar programa de requalificação de moradias e reformas de residências em situação de vulnerabilidade espacial;

Relocação e indenização de habitações em áreas de risco a intempéries;

Incentivar a ocupação social de lotes vazios nas zonas centrais;

### **2. Qualidade do projeto arquitetônico e urbanístico;**

Promover a construção de banheiros, ampliação de banheiros para Pessoas com Deficiência e construção de fossas sépticas e sumidouros em áreas sem saneamento ambiental adequado e zonas rurais do município.

Instauração de projetos estruturantes de mobilidade urbana ativa, como construção de ciclovias conectando os principais bairros afastados, Maria das Dores, Bairro Novo, Santa Maria, Poeta Pinto do Monteiro e a região do Alto da Serra;

Reforma continuada dos espaços escolares e demais prédios públicos com manutenção e melhorias espaciais e funcionais, em especial as Unidades Básicas de Saúde e Escolas de Ensino Básico;

Instauração de Polo Industrial com incentivo à instalação de indústrias e empresas que fomentem e movimentem a economia local, fazendo usos das suas potencialidades e com infraestrutura sustentável;

Garantir que os entornos escolares estejam seguros para a circulação dos habitantes, em especial a primeira infância;

Promover a proteção e revitalização do Centro Histórico, a partir de uma demarcação espaço-temporal de proteção e fomento à educação continuada acerca da identidade cultural local e arquitetônica;

Instauração de Escola da Construção Civil com formação continuada e inovadora e promoção de cursos para pedreiros, serventes e demais profissionais da área da construção civil;

Promover a centralidade dos espaços públicos como mecanismo de regeneração urbana: Revitalização da Praça João Pessoa; Revitalização do Teatro Jansen Filho; Ampliação do Museu Histórico de Monteiro; Construção de Museu Rural Zabé da Loca; Construção de Centro Cultural Público na área do atual Matadouro Público de Bovinos; Instauração de equipamentos de coworking nos espaços antes ocupados pelas lavanderias públicas da cidade.

Prever mobiliário urbano adequado e sinalização viária nas vias de pedestres da região central, conformada pelas Travessas Ivanise M. Bezerra, F. Monteiro e demais travessas do bairro Centro.

Produzir intervenções de urbanismo tático para dinamização de usos na cidade e prospecção de iniciativas permanentes, sejam elas reduções de vias, instalação de áreas comerciais no centro, ampliação de calçadas e canteiros, sinalização e demarcação de áreas de percursos, lazer e orientação.

### **3. Estrutura de um bairro tradicional: estruturar os bairros com quadras tradicionais, projetos de vizinhança para pedestres;**

Realocar os trabalhadores informais dos passeios públicos para centros comerciais populares geridos pelo poder público e instalação do Centro de Defesa dos Pequenos Comerciantes;

Aprovar legislação municipal que garanta área mínima livre nos passeios públicos, sem conflitos com usos comerciais e de serviços;

Incentivar ocupação de interiores de lotes em quadras dos bairros centrais: Centro, Bela Vista, São Vicente, Honório Lopes, Novo Horizonte e Várzea;

Incentivar zonas comerciais e usos mistos nas quadras de bairros tradicionais;

Legislar a acessibilidade universal nas zonas comerciais do município, com incentivo aos comerciantes para tornar seus espaços acessíveis.

#### **4. Qualidade de vida: visar sempre bem-estar social dos usuários.**

Incentivar as práticas de esportes nas 07 quadras públicas da cidade, com gestão de bairro em horários opostos ao funcionamento das escolas, e também no Estádio O Feitosão;

Construção de Polo Municipal para Esportes Aquáticos utilizando das águas da Transposição do Rio São Francisco;

Garantia de segurança alimentar para as crianças em idade escolar durante os períodos de férias e recesso escolar com entrega de merendas e insumos para alimentação básica;

Instauração da Universidade Aberta para a Terceira Idade com atividades físicas e culturais, cursos de idiomas, serviços de assistência médica, jurídica e de assistência social para a população idosa.

Orientação dos comércios localizados nas vias públicas, calçadas e áreas de estacionamento, com fiscalização, trabalho educacional e relocação.

## **5. Desenvolver um sentido de “lugar” e identidade;**

Promoção de ações de fortalecimento cultural e resgates tradicionais de saberes fazer, arte e artesanato;

Compensação financeira para manutenção das edificações componentes do Centro Histórico Municipal;

Garantir IPTU<sup>32</sup> 0 para edificações do Centro Histórico que se mantiverem preservadas;

Criação do Plano Municipal de Cultura de Monteiro;

Incentivar o turismo intraurbano através de eventos e ações que promovam o reconhecimento local e preservem as espacialidades de forma coletiva, em especial os bens naturais e o patrimônio material e imaterial de Monteiro;

Construção de rede de apoio e segurança para a população LGBTQIAP+ em situações de vulnerabilidade e incentivo à inserção social com ofertas de cursos e formação educacional;

Equidade de gêneros através de mecanismos e ações diretas na administração pública e com diretrizes para a cidade como um todo: igualdade de oportunidades, equilíbrio na representação, igualdade salarial, combate à violência de gênero, participação política, educação inclusiva e licença parental equitativa;

---

<sup>32</sup> Descontos e vantagens na alíquota como subsídio para incentivar mecanismos de preservação.

Implementação de ensino de renda renascença como parte do currículo das disciplinas de artes das escolas da Rede Municipal de Educação.

#### **6. Promover o desenvolvimento de “Comunidades” de vizinhança;**

Garantir apoio aos grupos LGBTQIAP+ através do Centro da Diversidade;

Instaurar e garantir Ronda Escolar e Guarda Municipal nos bairros e regiões mais inseguras;

Criação do programa alegre bairro, com instalação de serviços, atendimentos e atividades recreativas e de lazer nos bairros aos finais de semana para construção de uma identidade coletiva e resolução de faltas e insalubridades;

Incentivar associações de bairros em iniciativas locais de manutenção da biodiversidade, arborização e espaços públicos qualificados;

#### **TEMAS RELACIONADOS A EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS NATURAIS**

As cidades do interior, aqui Monteiro, enfrentam desafios únicos quando se trata na eficiência de usos dos recursos naturais: acessos irregulares, gestão deficiente e politicamente desigual, incentivo à sistemas inviáveis localmente e ausência de políticas públicas de conscientização e manejo. As condições climáticas áridas e semiáridas precisam ser consideradas, embora não definidoras, da utilização dos recursos de água. Sua ausência é um problema de gestão de recursos mais do que pelos baixos índices pluviométricos, e a Transposição do Rio São Francisco para a região confere maior segurança e certa perenidade aos recursos e sua possível expansão para a cadeia produtiva local além da subsistência. Captação de água das chuvas, cisternas, armazenamento para uso doméstico, e saneamento adequado tem que se inserir na realidade como mecanismos diários de uma realidade climática que exige adaptações. Além disso, fazer uso dos recursos energia solar e eólica para

captação e produção de energias renováveis à serviço da sociedade, rompendo o círculo de acesso socialmente mais favorável. Por fim, garantir propostas de agricultura sustentável e manutenção das terras, melhorando a produtividade sem degradação ambiental sob o viés da agricultura familiar e orgânica.

### **1. Princípios sustentáveis, como reutilização de águas pluviais, de resíduos, iluminação solar, etc.**

Instauração de uma matriz energética limpa para o município, tomando partido da energia solar através de usinas produtoras de energia para os prédios públicos e iluminação urbana, contribuindo para a diminuição das contas públicas e oferta de equipamentos públicos de manutenção sustentável;

Substituição de toda a iluminação pública por lâmpadas de LED<sup>33</sup>;

Instauração de Plano municipal de resíduos sólidos que envolvam educação ambiental, manutenção e maquinário adequados à coleta e distribuição, descarte adequado através da construção de um aterro sanitário e incentivo às cooperativas de reciclagem, com valorização dos catadores e agentes da limpeza urbana;

Levantamento de áreas vulneráveis a intempéries e desastres e projetos de mitigação de vulnerabilidades;

Manutenção de espaços públicos de qualidade e áreas verdes urbanas;

Incentivo a sistemas que utilizem as águas cinzas, prática já comum do dia-a-dia da população, especialmente quando vulneráveis à perenidade do acesso à água limpa;

---

<sup>33</sup> As lâmpadas de LED (Light Emitting Diode - Diodo Emissor de Luz) oferecem várias vantagens em comparação com outras tecnologias de iluminação: podem durar de 20.000 a 50.000 horas ou mais, são muito mais eficientes em termos de consumo de energia, geram menos calor bem como não contêm mercúrio.

Edifícios Verdes e Eficientes<sup>34</sup>, incorporando design e construção de edifícios sustentáveis, com sistemas de eficiência energética, iluminação natural, sistemas de captação de água da chuva, isolamento térmico e materiais de construção de baixo impacto ambiental.

## **2. Apoiar a agricultura local, projetos ecológicos urbanos e jardinagem comunitária;**

Construção de hortas nas escolas e em espaços públicos residuais;

Instauração de Fazenda Urbana para plantio e formação em boas práticas de manejo ambiental e da vegetação natural, contendo também viveiro de mudas e criadouro;

Instauração de farmácia pública de plantas medicinais com formação educativa associada à Secretaria de Saúde;

Incentivo à ocupação de lajes e varandas residuais com jardins, hortas particulares e cultivo de vegetação com reutilização de água das cobertas;

Promover a cessão de espaços públicos desativados para cultivo de hortas urbanas por cooperativas e organizações da sociedade;

Estabelecer sistemas de compostagem comunitária para reduzir o desperdício de resíduos orgânicos, produzir composto de alta qualidade e enriquecer o solo dos jardins comunitários;

Criar jardins comunitários que estimulam os sentidos, com plantas aromáticas, táteis e visuais, promovendo a interação com a natureza de maneira mais profunda.

---

<sup>34</sup> Duas das certificações mais reconhecidas internacionalmente são LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) e BREEAM (Building Research Establishment Environmental Assessment Method).

### **3. Promover a reciclagem, tecnologias inovadoras apropriadas, e a conservação de recursos;**

Programa municipal de reciclagem de resíduos eletrônicos, para extração de metais valiosos associado ao correto descarte dos rejeitos eletrônicos, inicialmente o lixo eletrônico dos bens públicos e posteriormente se ampliando para as escolas e comunidades adjacentes;

Instauração de política municipal de reuso e depósito reembolsável de embalagens plásticas;

Construção de um Centro de Coleta e Separação de Materiais Recicláveis para apoio às cooperativas de catadores;

Instalar pontos de coleta de pilhas e baterias nos espaços públicos e ambientes escolares, ficando ao poder público a responsabilidade pelo descarte final adequado;

Garantir que o lixo de todas as repartições públicas, unidades escolares e de saúde tenha separação adequada, descarte e seja encaminhado para reciclagem através de um programa de conscientização dos servidores públicos e distribuição de equipamentos necessários para este correto descarte;

Instauração de programa de coleta de materiais recicláveis através da disponibilização de recipiente para acondicionamento para a população a ser recolhidos pelas cooperativas locais semanalmente;

### **TEMAS RELACIONADOS A ATIVIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS**

A compreensão do espaço urbano e suas relações internas não se limitam à dimensão espacial, mas também à sua dimensão relacional e semântica, expressa através das relações sociais e atividades políticas que moldam o território e por ele são moldadas. Essas atividades tem um impacto direto na

qualidade de vida da população, sejam nas interações diárias, ou nas possibilidades de organização popular e política, garantindo a diversidade e criando coesão de objetivos e anseios dentro dos habitantes do espaço urbano.

Monteiro apresenta uma organização político-social tradicional e rígida, mas que encontra nas proximidades de interações sociais, na ampliação da educação e nas flutuações econômicas os mecanismos de flexibilização e modernização sociopolítica. O rural muitas vezes se sobrepõe ao urbano em termos organizacionais, através de cooperativas e grupos sociais que dividem objetivos e funções, ao mesmo tempo que os tradicionalismos de sobrenomes e de terras ainda controlam muitas dinâmicas políticas no âmbito da gestão pública. Dá-se por aqui uma simbiose de trocas desiguais e alternadas com relações de poder mais voláteis que as descritas nas metrópoles: o interior se auto protege e se organiza.

Monteiro exhibe uma realidade onde famílias tradicionais vêm perdendo hegemonias e conseqüentemente poder, ao passo que lideranças populares crescem e se multiplicam, fragmentando grandes forças poderosas, mas tornando-as mais representativas da diversidade populacional e de interesses do município. A interação social e a participação cidadã alimentam a vitalidade das comunidades urbanas, enquanto as decisões políticas moldam o ambiente físico e social em que vivemos. Assim, a formulação de políticas públicas passa a alinhar-se de maneira mais direta com os anseios comunitários de usos do solo, habitações, zoneamentos, através de iniciativas conscientes e democráticas.

### **1. Desenvolver um conhecimento aprofundado sobre o sistema e problemas locais e incluir análises de custo-benefício;**

Estabelecer uma análise contínua da gestão, centrada nas secretarias, com levantamento de problemas e possíveis soluções para questões recorrentes e abrangentes dentro de cada campo de atuação periodicamente;

Estabelecer metas e políticas de sustentabilidade a nível local a partir de uma leitura da realidade do município;

Produzir um levantamento quantitativo dos gastos de manutenção urbana anuais e correlacionar a iniciativas de mitigação do impacto através de compensação, com possibilidades de inserção da região dentro da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação tornando-se área de créditos de carbono<sup>35</sup>.

## **2. Encorajar os habitantes e os agentes a participarem no processo;**

Envolver grupos locais, cooperativas, lideranças e ONGs na promoção da reciclagem e de adoção de estilos de vida mais sustentáveis;

Produzir campanhas de conscientização a nível municipal, com desdobramentos aprofundados no ambiente escolar através de períodos de estudos direcionados e multidisciplinares como semana da sustentabilidade ou mês de conscientização coletiva;

Consultas públicas ou análises participativas na definição de grandes projetos estruturantes para a cidade: parque urbano, escolas, agricultura familiar, mobilidade urbana, equipamentos culturais;

Produzir parcerias técnico-científicas com as instituições de ensino superior da região: Instituto Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande;

Mapeamento colaborativo de recursos naturais;

Produção de eventos culturais<sup>36</sup> e artísticos incorporando mensagens de sustentabilidade em eventos culturais, feiras de artesanato ou exposições

---

<sup>35</sup> Créditos de carbono são um instrumento financeiro utilizado no âmbito de programas de mitigação das mudanças climáticas como forma de quantificar e comercializar a redução ou remoção de emissões de gases de efeito estufa (GEE), como o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), da atmosfera. A ideia por trás dos créditos de carbono é criar um mercado onde empresas, governos e outras entidades podem comprar, vender ou trocar créditos como parte de seus esforços para cumprir metas de redução de emissões.

<sup>36</sup> São João, Festival de Cultura Zabé da Loca, Festival de Violeiros, Paixão de Cristo, Carnaval, Cruzada Evangélica, Encontro de Motoqueiros, Pedais Recreativos, entre outros.

artísticas para alcançar diferentes públicos de maneira criativa e executando-os com iniciativas associadas de sustentabilidade e redução de impactos locais;

Reconhecer os esforços individuais e coletivos por meio de premiações, certificados ou até mesmo reportagens na mídia local;

Organização de Hackaton<sup>37</sup> no Cariri para incentivo e desenvolvimento de ideias inovadoras e soluções tecnológicas para os problemas locais.

### **3. Promover a simplicidade voluntária e estilos de vida frugais e desencorajar o consumo excessivo de bens materiais;**

Desenvolver plataformas online que facilitam o compartilhamento de itens entre vizinhos, amigos e comunidades, promovendo a reutilização e a redução da necessidade de comprar novos produtos;

Incentivo a feiras de troca, físicas e online, comuns no município, que vendem produtos usados ou tradicionais, incentivando a compra de produtos de segunda mão em vez de novos;

Instaurar plataformas de economia de compartilhamento que oferecem aluguel de carros, bicicletas, ferramentas e outros itens, evitando a necessidade de aquisição;

Oferecer programas municipais e cursos de educação financeira que ensinam a importância de orçamentar, economizar e gastar com eficiência desde o nível escolar;

Colaborar com designers para criar produtos locais duráveis, versáteis e reparáveis, incentivando uma abordagem mais consciente ao consumo;

---

<sup>37</sup> Evento colaborativo intensivo em que programadores, desenvolvedores de software, designers, empreendedores e outros profissionais se reúnem para trabalhar em projetos criativos, resolver problemas complexos ou desenvolver protótipos de produtos, aplicativos ou soluções tecnológicas em um curto período de tempo, geralmente de um a vários dias.

Desenvolver campanhas de mídia que desafiam as noções tradicionais de felicidade ligadas ao consumo e destacam os benefícios emocionais e ambientais da simplicidade voluntária.

**4. Aumentar a consciência sobre o ambiente local através do ativismo e de projetos educacionais que aumentem a consciência ecológica;**

Incentivar o turismo ecológico, especialmente a Rota Cariri Cultural, e o turismo de reconhecimento das paisagens naturais da região pelos próprios moradores;

Garantia de infraestrutura para práticas esportivas que interajam com a natureza de forma responsável na região: rapel, escalada, trilha, ciclismo rural, campos de futebol rurais;

Iniciar projetos de restauração de ecossistemas degradados, envolvendo a comunidade na plantação de árvores nativas e na recuperação de habitats na recuperação das margens do Rio Paraíba, do Açude Público e plantio de vegetação urbana;

Estabelecer programas de mentoria em que entusiastas ambientais experientes orientem os membros da comunidade interessados em aprender mais sobre a conservação ecológica, podendo ampliar-se para criação de grupos intra bairros de preservação com metas estabelecidas;

Realizar festivais dedicados à conscientização ecológica, com palestras, workshops, atividades interativas e exposições de produtos sustentáveis;

Desenvolvimento de um ecomuseu, museu das riquezas naturais e da biodiversidade local através de um jardim botânico.

## **5. Trabalhar com empresas para apoiar uma atividade econômica ecológica ao desencorajar a poluição e a produção de resíduos;**

Certificação local de sustentabilidade para empresas e comerciantes do município, podendo oferecer benefícios fiscais ou descontos para empresas que implementam práticas sustentáveis, como a redução de resíduos ou a utilização de energias renováveis;

Colaborar com empresas locais para promover a sustentabilidade e incentivar seus funcionários a participar de programas de reciclagem e conservação;

Estabelecer parcerias com empresas que transformam resíduos em matérias-primas para novos produtos, incentivando a redução de desperdício e a criação de uma cadeia de suprimentos mais sustentável;

Oferecer assessoria técnica às empresas para melhorar a eficiência energética em suas operações, reduzindo o consumo de recursos e as emissões de carbono;

Incentivar empresas a adotar embalagens biodegradáveis, compostáveis ou de baixo impacto ambiental, reduzindo o desperdício de embalagens plásticas;

Desenvolver programas de retorno e reciclagem de produtos pós-consumo, onde as empresas se responsabilizam pela coleta e reciclagem de produtos obsoletos;

Incentivar empresas a divulgar publicamente suas práticas e progressos em sustentabilidade, promovendo a transparência e a prestação de contas bem como publicidade positiva de recuperação ambiental.

## **TEMAS RELACIONADOS A TECNOLOGIAS**

Nos últimos anos, pensar a cidade também passou a implicar observá-la e planejá-la sob o aspecto tecnológico, ou concisamente, onde a tecnologia possa se inserir como mecanismo de otimização da infraestrutura e serviços para atender as necessidades das comunidades de maneira eficiente e sustentável. As cidades do interior precisam ser compreendidas dentro de suas singularidades ao mesmo tempo que se conectem com a rede imediata e influências que recebem do meio globalizado.

Em Monteiro há um sistema unificado de comunicação interna e atendimento, desenvolvido pela Sogo Tecnologia, empresa de soluções tecnológicas governamentais, com uso da plataforma 1Doc, especialista em atendimento, comunicação e gestão documental para órgãos públicos. A utilização do sistema foi responsável por uma redução anual de 250 mil reais, além da otimização de atividades, rapidez e acesso unificado de serviços. As obras públicas também são acompanhadas através de boletins e fiscalização e os sistemas digitais SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle e SISMOB – Sistema de Monitoramento de Obras. A Secretaria Municipal de saúde também usa os sistemas X-Gera de gerenciamento de marcação de viagens para atendimentos de saúde e o X-Marcação para controle e marcação de exames e consultas.

É necessário contudo, que as relações em níveis tecnológicos passem a fazer parte de ações de bem-estar e controle de recursos comuns, e não apenas através de funções organizacionais internas. A tecnologia centrada no espaço urbano pode atrelar-se à internet das coisas, biga data e análise de dados, sistemas de informações geográficas, mobilidade inteligente, energia e sustentabilidade, participação cidadã e plataformas digitais, realidade virtual e aumentada, considerando paralelamente a segurança de dados e a inclusão digital e democrática.

### **1. Capacidade intelectual da criação, inovação e invenção para novas comunidades;**

Instauração de programa de incentivo e fomento à economia criativa e empreendedorismo, com cursos de empreendedorismo, gestão cultural, artes,

audiovisual, cultura digital, tecnologia, gastronomia, moda, patrimônio, turismo, música e ofícios artesanais (renda renascença);

Inovação e ferramentas tecnológicas em favorecimento ao planejamento urbano através de mapeamento e Sistemas de Informação Geográfica<sup>38</sup>;

Ampliação e ações diretas no âmbito de crescimento e manutenção do título de Cidade Mundial da Renda Renascença<sup>39</sup>: apoio financeiro e estrutural às mulheres rendeiras, formação continuada em empreendedorismo, manutenção do Centro de Referência da Renda Renascença, auxílio na inovação e modernização de processos e produtos, divulgação e ações de marketing;

Implantação de programa de Turismo Sustentável para a região, incorporando e ampliando as ações da Rota Cariri Cultural<sup>40</sup>;

Implantação de incubadoras públicas de tecnologia, serviços, economia solidária e criativa.

## **2. Oferta e disponibilidade de infraestrutura para comunicação dos indivíduos dessa comunidade;**

Acesso a redes de internet gratuitos e espaços públicos municipais e pontos turísticos através de parcerias público-privadas;

Instauração de sistema único municipal de cadastro de informações e disponibilização de forma aberta que inclua todos os serviços da administração

---

<sup>38</sup> Um Sistema de Informação Geográfica (SIG) é uma ferramenta poderosa que integra dados geográficos, como mapas, imagens de satélite e informações georreferenciadas, com análises espaciais e recursos de visualização. Quando aplicado ao ambiente urbano, um SIG oferece diversas vantagens significativas: planejamento urbano eficiente, análise de impacto ambiental, gestão de recursos naturais, gerenciamento de riscos e desastres, planejamento de transporte e mobilidade, monitoramento da qualidade do ar e água, acompanhamento do crescimento urbano, tomada de decisões baseada em dados, engajamento da comunidade, melhoria da qualidade de vida, monitoramento de Infraestruturas e transparência e prestação de contas.

<sup>39</sup> Título da World Crafts Council (WCC), como Cidade Mundial do Artesanato para Renda Renascença.

<sup>40</sup> Roteiro turístico Rota Cariri Cultural – Entre Pedras e Veredas.

municipal, dados de saúde e atendimentos; documentações e processos administrativos;

Instalação de monitoramento das redes de infraestrutura urbana que utilizem smartphones para acionamento de questões relacionadas ao abastecimento de água, iluminação pública, saneamento ambiental, tempo de espera de atendimentos médicos e assistência social;

Criação de ouvidoria pública municipal;

Instauração de Programa Público de Democratização ao Ensino de Idiomas, criando oportunidades singulares para os habitantes e possibilidades de parcerias internacionais;

Sensores integrados aos sistemas de distribuição de água para controle de vazão, detecção de vazamentos e controle de consumo;

Manutenção dos sistemas digitais integrados da administração que reduzem a utilização de papel, garantem digitalização de dados e rapidez na resolução de problemas e administração públicas através de plataformas digitais;

## CONCLUSÃO

A cidade do interior é a contra-hegemonia do urbanismo contemporâneo, são resistência e multiplicidade, oportunidades e carências que criam meios dissidentes para o habitar, construindo uma realidade singular benéfica e nela inserindo-se. Problematizar o saber fazer hegemônico é essencial diante da prática profissional e construção acadêmica, que se apresenta comumente centrada nas metrópoles, ao mesmo tempo que evidencia as necessidades de pensar as cidades de pequeno porte associadas às suas realidades, seus saberes-fazer e suas características socioespaciais heterogêneas.

Ao analisar as correntes contemporâneas do urbanismo, além de constatar a complexidade do pensar para o urbano e suas multiplicidades, foi possível aplicar suas principais características sob uma escala local, aqui o Município de Monteiro na Paraíba, região chamada de Cariris Velhos, e que se desenvolve carente em iniciativas equitativas, de qualidade espacial e de sustentabilidade. A partir de um diagnóstico morfológico, foi possível perceber que a cidade, definida como Centro de Zona pelo IBGE, apresenta um perímetro urbano amplo e pouco adensado, propenso ao espraiamento urbano e seus consequentes altos custos de infraestrutura, baixa eficiência energética, esvaziamentos do centro e segregações socioespaciais. Além disso, a cidade apresenta um grande número de novos loteamentos que passam a seguir lógicas de mercado por proximidades com grandes equipamentos públicos, pavimentação e saneamento, com baixos índices de aproveitamento e zoneados sobre lógicas tradicionais de construção do espaço urbano. Uma expansão urbana que tem feito das BR-101, BR-412 e das margens do Rio São Francisco os principais entraves de coesão socioespacial.

Embora as cidades de pequeno porte apresentem relações interpessoais mais fortes e organizações comunitárias mais eficientes, a ausência de espaços públicos qualificados e de grandes projetos estruturantes tem reduzido a qualidade de vida e a sustentabilidade urbana, associados aos meios arcaicos de produção e consumo capitalistas.

Ao considerar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, o município de Monteiro apresentou o nível 49.51, considerado baixo de

desenvolvimento, cujos melhores dados foram os relacionados à saúde e bem estar, água potável e saneamento, redução das desigualdades, comunidade e consumo sustentáveis, proteção dos ecossistemas aquáticos e ações contra a mudança climática. Embora esses índices sejam minimamente satisfatórios, alguns valores acabam ainda mascarados por critérios de avaliação e compensação da interrelação dos índices.

As diretrizes propostas como produto deste relatório se propõem a incitar discussões acerca do saber planejar sustentável para cidades de pequeno porte em um contexto mais amplo e para o município de Monteiro como ações que considerem as aspirações locais, o respeito pela identidade cultural e a integração de soluções inovadoras de produção endógena. Com isso, aspira-se a transformar Monteiro em um exemplo de cidade que, apesar de seu tamanho reduzido, possa adotar práticas urbanas que, norteadas pelos ideais do urbanismo contemporâneo, possam contribuir para resolução dos seus problemas socioespaciais e aumento do seu desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Caracterizados em itens relacionados à compacidade, à mobilidade, espaços públicos e área verde, diversidade urbana e expressão arquitetônica, eficiência no uso de recursos naturais, atividades sociais e políticas, e itens relacionados à tecnologia puderam ser detalhados e ampliados em ações diretas de reconfiguração urbana para o município.

Assim, ao abordar as cidades pequenas como microcosmos que desafiam as generalizações, este trabalho ressalta a importância de olhar além das metrópoles, além das classificações quantitativas, e debruçar-se sobre as narrativas particulares, potenciais singulares e complexidades de abordagens de desenvolvimento que se centralizem nas preexistências. Tal qual a cidade imaginária de Leônia (CALVINO, 1990, p. 105), ao futuro atrela-se um viver do passado que pode submergir a cidade a qualquer momento, uma compreensão do fazer-se urbano como resultado do viver a cidade, interiores prolíficos, igualitários e economicamente viáveis. Objetivar um desenvolvimento sustentável é pensar na vida espacializada que se consome, se produz e se descarta. Ainda há tempos de se construir, longe de serem diminutos, e re-existir os interiores sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, L. N.; et al. **Como as cidades inteligentes contribuem para o desenvolvimento de cidades sustentáveis? Uma revisão sistemática de literatura.** In: International Journal of Knowledge Engineering and Management, Florianópolis, v. 3, n.5, p. 98-120, mar/jun. 2014. Disponível em < [https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/06/Cidades-Inteligentes\\_Lucas.pdf](https://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/06/Cidades-Inteligentes_Lucas.pdf) >. Acesso em maio de 2023.

AGENDA 2030. ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: < <http://www.agenda2030.com.br/> >. Acesso em julho de 2023.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã.** In: Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002. Disponível em < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5122659/mod\\_resource/content/1/arnstein\\_uma\\_escada\\_da\\_participacao\\_cidada.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5122659/mod_resource/content/1/arnstein_uma_escada_da_participacao_cidada.pdf) >. Acesso em maio de 2023.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **As cidades como atores políticos.** In: Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, nº45, pp.152-166, 1996. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)\\_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%C2%BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf) >. Acesso em maio de 2023.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf) >. Acesso em maio de 2023.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis.** Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento.** Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, v. 4, p. 29-38, 1992. Disponível em: <<https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12924/CavalheiroDelPicchia-AreasVerdesConceitosObjDiretrizesPlanejamento.pdf>>. Acesso em maio de 2023.

CHEMELLO, Matheus Gomes; CRUZ, Patrícia Fernanda de Sousa. **CIDADE ACABA COM O SERTÃO. ACABA? Sobre bordas e transbordamentos de um lugar-sertão no Piauí.** In: Píxo, Vol. 06, n 20, p. 89-103. Disponível em: <<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/2920/2321>>. Acesso em julho de 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

COSTA, C.Z. **Além das formas: introdução ao pensamento contemporâneo no design, nas artes e na arquitetura.** São Paulo: Annablume, 2010.

DOS ANJOS, Gúlia Camylle Barros. **Dinâmica Espacial Urbana: Um estudo do crescimento urbano da cidade de Monteiro-PB entre os anos de 1985 e 2015.** Campina Grande: UFCG, 2016. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/23765>>. Acesso em julho de 2023.

FRANÇA, I. S. de; COSTA, V. A. M.; FONSECA, M. A. **Planejamento urbano e participação social em pequenas cidades.** In: *Ágora*, 21(1), p. 119-131, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/13021>>. Acesso em julho de 2023.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GONÇALVES, Francisco Edinardo. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: < [oncepcaoconsultoria.com.br/pagina/239/SEBRAEPB--Credenciamento-de-Pessoas-Juridicas.aspx](http://oncepcaoconsultoria.com.br/pagina/239/SEBRAEPB--Credenciamento-de-Pessoas-Juridicas.aspx) >. Acesso em junho de 2023.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

IBGE. **CENSO Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

IBGE. **CENSO Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.

IDSC. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil**. Disponível em: < <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/> >. Acesso em junho de 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Felipe Tadeu de Araújo. **A parametrização do conceito de cidade compacta: Uma abordagem pós-moderna para centros urbanos contemporâneos sustentáveis**. Oculum Ensaios (pp. 259 - 270). São Paulo: PUCCAMP, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/2545/1879> >. Acesso em maio de 2023.

MACÊDO, Amanda Florêncio ; ALMEIDA, André Moraes de. **O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe.** In: 1º Congresso Internacional Espaços Públicos, Porto Alegre, 2015. Disponível em: < [http://inciti.org/wp-content/uploads/2019/02/O\\_espaco\\_publico\\_frente\\_ao\\_urbanismo\\_tat.pdf](http://inciti.org/wp-content/uploads/2019/02/O_espaco_publico_frente_ao_urbanismo_tat.pdf) > Acesso em julho de 2023.

MALARD, Maria Lucia. **Cinco textos sobre arquitetura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

MARIANI, Anna. **Pinturas e Platibandas.** São Paulo: Editora Mundo Cultural Ltda., 1987.

MARICATO, Ermínia. **A cidade sustentável.** 2011, Anais. Porto Velho: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: < [http://www.sengemg.com.br/downloads/eventos/9\\_consenge/caderno-teses-2-Consenge.pdf](http://www.sengemg.com.br/downloads/eventos/9_consenge/caderno-teses-2-Consenge.pdf) > Acesso em julho de 2023.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades – Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes. pp. 47-124, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município Monteiro/PB.** 2023.

MONTEIRO. **Lei Nº 1.781 de 24 de fevereiro de 2015. Dispõe sobre a expansão do perímetro urbano do município de Monteiro/PB.** Monteiro: Câmara Municipal de Monteiro, 2015.

MUNIZ, Gabrielle Veroneze Mendes; SOMEKH, Nadia. **Movimentos urbanos contemporâneos: Conceitos para o desenho urbano sob a abordagem das Cidades Compactas, New Urbanism, Smart Growth, Smart Cities e Eco Bairros.** In: Quarta Jornada Discente – FAU Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: < [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/arquitetura-urbanismo/14\\_Movimentos\\_urbanos\\_contempor%C3%A2neos\\_-\\_Conceitos\\_para\\_o\\_desenho\\_urbano\\_sob\\_a\\_abordagem\\_das\\_Cidades\\_Compactas\\_2c\\_New\\_Urbanism\\_2c\\_Smart\\_Growth\\_2c\\_Smart\\_Cities\\_e\\_Eco\\_Bairros.pdf](https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/arquitetura-urbanismo/14_Movimentos_urbanos_contempor%C3%A2neos_-_Conceitos_para_o_desenho_urbano_sob_a_abordagem_das_Cidades_Compactas_2c_New_Urbanism_2c_Smart_Growth_2c_Smart_Cities_e_Eco_Bairros.pdf) > Acesso em maio de 2023.

MUSEU HISTÓRICO DE MONTEIRO. **Acervo de visita.** Monteiro: 2022.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/128345/138749>>. Acesso em julho de 2023.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

ROMERO, M. et al. **Urbanismo Sustentável: a construção de indicadores para a avaliação da qualidade do espaço urbano no Distrito Federal, Brasil.** Brasília: PPG-FAU-UnB, 2010. Disponível em: <

<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10531/9268> >. Acesso em julho de 2023.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Urbanismo sustentável no Brasil e a construção de cidades para o novo milênio**. São Paulo: USP, 2007.

SÁNCHEZ, Fernanda (1999). **Políticas Urbanas em Renovação: uma leitura dos modelos emergentes**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1999. Disponível em: <  
<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13/1> >. Acesso em maio de 2023.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **O elogio da lentidão**. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de março, 2001. Disponível em: <  
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm> >. Acesso em junho de 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife, 2001.

